

# **COMISSÃO ESPECIAL**

## **Resolução nº 995/2005**

### **SEMINÁRIO REALIZADO EM 20 DE MAIO DE 2005.**

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felipe, Presidente da Comissão; Dr. Adilson Soares, Relator da Comissão, e Rosa Fernandes, Membro da Comissão.

Às dez horas e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Seminário da Comissão Especial constituída pela Resolução nº 995/2005, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão, “COM A FINALIDADE DE PROPOR A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DECE-NAL DA CIDADE”.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Bom-dia. Eu agradeço a presença de todos.

Dou por aberto o Seminário da Comissão Especial para a Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade, constituído pela Resolução nº 995/2005, solicitado pelo Requerimento nº 290/2005, hoje com o painel “Definição de Metodologia Participativa para a revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro”.

Convido os Srs. Vereadores integrantes da Comissão para ocuparem a Mesa de Honra. Presentes os Srs. Vereadores Eliomar

Coelho e Aspásia Camargo, Relatores; solicito ao Cerimonial que conduza à Mesa de trabalho os senhores palestrantes – Jerônimo Moraes, Presidente do Instituto dos Arquitetos Brasileiro; Sr. Ricardo Moraes, assessor técnico da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM; Sr. Marcos Azevedo, Presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanista da Cidade do Rio de Janeiro – SARJ; Sra. Valéria Barbalho, Diretora do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro – SENGE; Sr. Hélio Barros, do Conselho de Moradores de Loteamento; e, em substituição à Sra. Maria Luísa Tambelini, convidamos a Sra. Márcia, presidente da Federação das Associações de Moradores – Famrio.

Com a palavra, o Vereador Eliomar Coelho.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Bom dia para todos e para todas. Quero saudar os membros da Mesa.

Quero começar este último painel do nosso Seminário prestando uma homenagem a todos aqueles que estiveram presentes, representando a sociedade civil. Eu acho que o sucesso da iniciativa de se falar, ouvir e pensar a cidade se deve muito à participação dos moradores desta cidade, que aqui estiveram, atentos,

contribuindo com suas proposições.

O Legislativo Municipal, principalmente após o Estatuto das Cidades, Lei nº 10257/2001, exerce um papel preponderante na definição e execução das políticas públicas voltadas para as questões ligadas à ocupação do solo urbano, tanto no exercício da função de propor normas, como na articulação com os movimentos sociais, para interferir nos fóruns decisórios e principalmente, para se instrumentalizar, com vistas à efetiva fiscalização das ações do Poder Executivo local.

Com o início da nova Legislatura, esta Casa, através da criação da Comissão Especial, criada com a finalidade de propor a atualização do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, chamou para si a responsabilidade da condução do processo de revisão do Plano Diretor, abrindo uma possibilidade para a superação do impasse criado em torno desse tema, que culminou com o encaminhamento, pelo Ministério Público, em julho de 2004, de recomendação a todos os Vereadores no sentido de que, considerando os seus vícios insanáveis, o PLC nº 25/2001 – Projeto de Lei Complementar –, encaminhado pelo Prefeito a esta Casa como proposta de revisão ao Plano Diretor não fosse colocado em votação e fosse devolvido ao Poder Executivo, para que este encaminhasse nova proposta, atendendo à Legislação em vigor, especialmente ao Estatuto da Cidade.

É compromisso fundamental dessa Comissão Especial reforçar o papel do Plano Diretor como principal instrumento da política urbana, e reafirmar a condição fundamental para o êxito dessa iniciativa – o respeito ao princípio da gestão democrática, expresso no Estatuto da Cidade em seu Artigo 2º, inciso II, do capítulo IV; Artigos 43, 44 e 45 e, especialmente, no seu Artigo 40, parágrafo 4º, que estabelece de forma clara a responsabilidade do Poder Legislativo. O Artigo 40, parágrafo 4º: “No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: a promoção de Audiências Públicas e Debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos”. Cabe destacar que a presente iniciativa da Câmara de Vereadores está inserida num importante processo desencadeado pelo Ministério das Cidades na realização de uma campanha nacional pela implementação de Planos Diretores Participativos, que envolverá milhares de municípios que, assim como o Rio de Janeiro, devem ter os seus Planos Diretores aprovados até outubro de 2006. A eficácia do novo Plano Diretor só será conseguida se a participação for efetiva e capacitada. Dentro desse espírito, esta Comissão realizou, em 16 de março de 2005, uma primeira Audiência Pública de chamamento da atenção da população para a impor-

tância de sua participação nesse processo. E, em seguida, desde 15 de abril, temos realizado este Seminário – “Plano Diretor como desafio da nova ordem jurídico-urbanista”, que realiza hoje seu compromisso mais importante, que é o de definir a metodologia participativa para elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro.

Cabe destacar, aqui, neste momento, algumas das brilhantes contribuições dos palestrantes que estiveram conosco neste Seminário para buscarmos inspiração para a nossa discussão de hoje, a definição de nossa metodologia.

Sobre o processo do Plano Diretor.

O Plano Diretor tem que se constituir como um processo e não como um produto. E o processo não pode perder os espaços de participação que a Sociedade tem, que a Cidade tem; deve produzir espaços democráticos de diálogos, o Plano Diretor tem que territorializar. Não deve haver leis complementares, a idéia é a de estarem inseridos em instrumentos do Estatuto da Cidade o manejo e o uso do solo, por exemplo, e esses instrumentos têm de dialogar entre si, não são autônomos.

Da questão metropolitana.

É necessário discutir um sistema metropolitano, que nós não temos. Discutir o Plano Diretor sem discutir o Plano Metropolitano é correr o risco de ficar, mais uma vez, com Planos que têm um alto grau de ineficácia, porque existem dinâmicas que acontecem no âmbito metropolitano e, se não houver coordenação entre essas dinâmicas, os efeitos sobre a Cidade do Rio de Janeiro serão enormes.

Sobre a produção da cidade.

A cidade não se produz através de um crescimento natural e, muito menos, a regulação do espaço urbano apresenta qualquer neutralidade. A política e a regulação urbana, muito especialmente o Plano Diretor, devem reforçar ou contestar essa dinâmica e contribuir para a transformação do espaço social.

A cidade é desigual e injusta porque a sociedade é desigual e injusta. Há mecanismos que reproduzem a sociedade como ela é no espaço urbano. Nós somos apenas gerentes da miséria urbana, ou a ação transformadora é possível? A cidade é ativa e reflete a estrutura social, mas pode gerar instrumentos e mecanismos que podem reconfigurar a estrutura social. A cidade é uma arena, um espaço de luta, onde há embates específicos que podem ser travados e vencidos; por isso, é possível planejar a cidade.

Participação do Executivo e Legislativo e do Diagnóstico.

Qualquer procedimento técnico parte de um diagnóstico. Porém, o diagnóstico não é uma peça técnica que está dada, que é científico e que não se discute – deve ser apresentado pela Prefeitura e discutido com a população em função dos vários interesses da cidade, permitindo evidenciar os conflitos, verificar onde estão os conflitos reais de interesses, para que possam ser

discutidos e, finalmente, negociados. Esse é o procedimento correto de qualquer metodologia de planejamento participativo e democrático.

Não podemos esquecer que existem questões gerais na cidade que não se resumem à soma de diagnósticos parciais. A cidade tem que ser pensada, também, na sua totalidade, nas suas relações dinâmicas, e isso a gente não consegue simplesmente a partir de uma leitura regional. Mas a leitura regional também é importante, porque é a leitura que permite a maior participação direta da população, já que os problemas são os que estão mais próximos do cotidiano dessa população.

Da Fragmentação da Legislação Urbanística e das Articulações Necessárias.

Existe uma fragmentação da legislação urbanística do Rio de Janeiro e deslocamento entre o Plano Diretor e as diversas leis que têm sido propostas para a cidade. Os Projetos de Estruturação Urbana foram sendo feitos tão gradativamente que discutir Projetos de Estruturação hoje, como se está propondo fazer com o PEU Vargens e com a área de Guaratiba – que a Prefeitura está iniciando neste momento – eu diria que é assustador. Porque se está discutindo um planejamento local sem uma visão global, sem um diagnóstico global da cidade, sem um plano que seja levado às suas conseqüências e que seja executado.

O Plano Diretor deve ser um momento de acolhimento de diversas ações e intervenções que estão em curso, não esquecendo cotejá-las com as diretrizes da política urbana inseridas no Estatuto da Cidade, artigo 2º, na Lei Orgânica e no Plano Diretor. A revisão da Lei Federal 6.766, Agenda 21, Revisão do Código Florestal, Instalação do PAN e seus impactos na cidade, Revitalização da Zona Portuária São Cristóvão, Programas Habitacionais no Centro da Cidade, Projetos Sistema Viário, Sistema de Transporte com expansão do Metrô, Túnel da Grota Funda etc., deixando essa cidade de forma total e integral, nos leva de novo a pensar na infra-estrutura associada à oferta de trabalho ou ao transporte acessível e compatível. Como tudo é muito caro, tem que oferecer trabalho e não pensar apenas em reassentar como deslocamento populacional. Para onde vão as pessoas que vivem em áreas de grande risco? O que fazer nas áreas de médio risco? Porque nada está dissociado.

Então, acho que este Seminário cumpriu, realmente, sua missão da melhor maneira possível devido à participação de todos. E, aqui, quero fazer um registro, Sr. Presidente, lamentando profundamente a ausência de membros desta Comissão, que foi criada exatamente para fazer esse trabalho que estamos fazendo. Há dez anos que esta cidade não promove uma discussão sobre ela, como estamos fazendo neste Seminário. E aqui, também,

quero aproveitar para manifestar meu reconhecimento pela participação efetiva do nobre Vereador Jorge Felipe, Presidente desta Comissão, da nobre Vereadora Aspásia Camargo, um dos Relatores, e do nobre Vereador Dr. Adilson Soares, que, infelizmente, hoje não está aqui, mas que esteve presente a todas as Sessões. Mas os demais, infelizmente, não cumpriram com o que é exatamente o dever do legislador que foi indicado para participar desta Comissão. Quero fazer este registro e, encerrando, mais uma vez prestar minhas homenagens aos companheiros que estiveram neste Plenário acompanhando os trabalhos e participando efetivamente com suas sugestões deste grande debate, que foi muito frutífero e que muito contribuiu para o que estamos nos propondo a fazer, que é a Revisão do Plano Diretor.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Quero registrar a presença do Vereador Dr. Adilson Soares, já integrando à Mesa.

Indago à nobre Vereadora Aspásia Camargo se deseja fazer uso da palavra.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Sr. Presidente Jorge Felipe, nobre Vereador Eliomar Coelho, nobre Vereador Dr. Adilson Soares, Relator desta Comissão, amigos e amigas presentes, senhores conferencistas de hoje, acho que, realmente, temos a grande satisfação de comemorar, hoje, esse ciclo de palestras e debates que, certamente, abriu as discussões sobre o futuro de nossa cidade. Falar em futuro, hoje, Sr. Presidente, não é coisa comum, parece que o presente anda tão tumultuado, o presente anda tão degradado que o futuro está saindo da linha do horizonte. Então, talvez por essa razão, esta Câmara mereça, realmente, nossas homenagens pelo esforço que fez e por todos os que aqui compareceram e comparecerão. Porque apenas estamos começando nosso trabalho para, pelo menos, comemorar conosco o fato de o Poder Legislativo neste país, apesar da velha tradição populista, tradição imperial de menosprezo pelo Poder Legislativo, o fato de o Poder Legislativo poder ter, efetivamente, um papel importante nas discussões sobre o futuro e sobre o planejamento.

Não sabemos, ainda, em que nível exatamente, em que dimensão a contribuição do Legislativo irá ocorrer nesse processo, mas já podemos garantir que ela será importante, que ela será, talvez, a mais importante que nosso país já conheceu. Porque, se estamos dando esses primeiros passos com tamanha vontade política, não seremos nós que iremos interromper esse processo e impedir que o diálogo com o Poder Executivo, que o diálogo com os diferentes segmentos da sociedade ocorra, como nós estamos

anunciando no curso desses debates. Mas reconheço que é uma missão difícil, uma missão que exige muita determinação, que exige organização, exige um Poder Legislativo com um corpo técnico muito dedicado e muito especializado; nós precisamos, também, aprimorar e investir nesse corpo técnico, porque não há por que, na minha visão, tratar o poder local com esse menos-prezo que o Brasil costuma tratar. Isso não acontece com o Senado Federal, que, hoje, é um Senado altamente capacitado, com todos os recursos, informações disponíveis e facilmente mobilizáveis. Mas o Poder local continua sendo um pouco aquilo a que ninguém presta atenção, e nós pagamos um preço alto: basta ver, nos jornais, o tratamento que recebemos. E, portanto, nós temos aqui, nesta discussão do Plano Diretor, uma oportunidade singular, uma oportunidade muito grande de colocar luz, grandeza no Poder local, no Poder Legislativo, o que é uma tendência de todos os países do mundo. As cidades, hoje, são as grandes protagonistas do desenvolvimento, e nós, com nossa tradição centralista, com nossa tradição autoritária, com nossa tradição intervencionista, temos de aprender que o poder vai ter que se deslocar para baixo. E estamos dando os primeiros passos nessa direção.

Acho que tudo que ouvimos aqui foi muito importante, porque as contribuições nos ajudam a tomar decisões – ninguém mais toma decisões sozinho neste mundo. E a qualidade da decisão depende muito da qualidade da participação e da diversidade e representatividade dessa participação. Então, reconheço, nobre Vereador, que, quanto mais membros desta Casa tivermos presentes, participando, discutindo, dialogando, questionado, discordando, melhor será. Não devemos ter medo do conflito, do debate; este, acho que é o primeiro ponto que realmente dignifica a democracia; é não ter medo do conflito, não ter medo da diferença. Porque da diferença, com boa vontade, sairá o acordo e a negociação, e não vejo nenhuma outra missão reservada à política que seja mais nobre que a de produzir o consenso e a negociação. Não vamos ter um país perfeito, não vamos ter uma cidade perfeita, mas podemos ter alguma coisa que seja mais próximo daquilo que reflete, digamos assim, a vontade coletiva e que reflete, também, a inteligência coletiva de uma cidade. Porque faz parte do processo participativo trazer a inteligência para nos ajudar a resolver problemas, nos ajudar a encaminhar soluções, sem as quais teremos o mínimo de qualidade dessa participação.

De tudo que ouvi aqui, registro, como uma provocação para os nossos debatedores, uma referência ao que considero muito importante na metodologia de discussão desse Plano Diretor, que é a referência ao Plano de 1993. Porque havia essa dúvida. Nós sempre gostamos de reinventar a roda, de começar tudo de novo, achando que fica melhor, mas, ontem, vimos aqui o exemplo de

Curitiba e ouvimos, também, uma extraordinária descrição do que se passou em São Paulo. E ouvimos, inclusive, coisas boas sobre o Rio, que não saíram das nossas bocas, mas da boca dos nossos convidados. Por exemplo, foi lembrado aqui que nós temos um Plano Agache, que fez história no Brasil; nós tivemos um Plano Doxiadis, que fez história no Brasil.

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade do Brasil a ter um plano estratégico, semelhante ao que Barcelona montou, já também de uma maneira pioneira. E nós temos uma Agenda 21, que não foi absorvida pelo Poder Público, pelo Poder Executivo, nas suas decisões, nas suas recomendações de projetos. Mas são 93 projetos que esta cidade pactuou através de uma longa discussão, e que precisamos incorporar ao Plano Diretor como ponto fundamental da discussão e da participação na nossa cidade.

Acho que a Casa merece críticas, porque ela não soube, talvez pelas razões que mencionei, não soube forçar a revisão do Plano Diretor, que estava prevista para cinco anos depois. Não é isso? Então, a participação, às vezes, cansa uma sociedade que não está habituada a participar. Essa é a verdade: “Lá vem mais coisa para fazer”. Em 1998, nós devíamos ter feito isso.

O segundo ponto é que esta Casa tem muito pouco poder. Eu queria deixar isso muito claro, até para pedir a contribuição de Vereadores mais experientes, como o Vereador Jorge Felipe, um patrimônio de experiência política nesta Casa, ou o Vereador Eliomar Coelho. Porque nós temos que reconhecer que a legislação complementar não foi realizada, e, quando ela não é realizada, o Plano morre. A nossa legislação municipal é muito pobre, e eu queria informar aos cidadãos aqui presentes que, quem pensa que esta Casa manda muito, saiba que ela não manda. Ela tem apenas uma área nobre, justamente edilícia, a área do uso do solo, onde pode, realmente, atuar como protagonista. No resto, não tem nenhum poder! E, como a legislação é pobre, muitas vezes ela desestimula o Vereador, ou ninguém cobra dele o papel que ele tem, que não é um papel puramente legislativo, mas o de ser o guardião da cidade, de ser o foco de discussão dos problemas da cidade, gerando, evidentemente, outras consequências que não aquelas de apenas legislar. Então, isso é um ponto importante.

Agora, quanto à participação, nós ouvimos aqui, ontem: “Participar é uma coisa que exige muitas qualificações e muitos cuidados”. O problema da escala foi lembrado, o problema da qualidade eu já mencionei, e o problema do tempo. Não é participar hoje e, daqui a pouco, sumimos todos. Temos que ter “timing”, que é importante; temos que resolver o problema da fragmentação, como, por exemplo, a favelização do Rio de Janeiro. Esse é um trabalho hercúleo, porque podemos discorrer sobre idéias gerais, mas em cada ponto desta cidade há um problema a resolver, há um conflito espacial a resolver. E isso exige, realmente,

dados, muitas informações – ambientais, urbanas, espaciais – que possam, efetivamente, ajudar a planejar.

Eu tenho para mim, Vereador Eliomar Coelho, que somos animais em extinção, nós dois. Não sei se mais algum Vereador está nesse time, talvez o Vereador Jorge Felipe. Planejamento, hoje, no Brasil, é uma coisa em que ninguém quer tocar. Ninguém que ocupe um cargo público, em nenhum nível desta Federação, gosta de falar em planejamento. Planejamento, hoje, é um problema que ninguém gosta de enfrentar. Por quê? Porque não há recursos, porque o país está falido, porque nós estamos endividados. Nós temos, aí, um problema seriíssimo para administrar economicamente, financeiramente. Então, é tudo uma grande balela, porque planejamos, pactuamos, e, na hora de o recurso, de o Orçamento estar lá para cobrir as nossas decisões, os nossos projetos, não há dinheiro. Não há dinheiro, não há dinheiro para nada. Isso é gravíssimo, porque desacredita a palavra do Vereador, do político. Esse problema que está sendo enfrentado no Congresso Nacional não é um problema menor, é o desespero dos deputados, que não sabem o que fazer, porque não têm dinheiro. Um país que vive sem Orçamento é um país destinado a coisas muito ruins. Porque não há como os políticos justificarem sua participação na vida do país se não há recursos para coisa alguma, não é? E para que nós vamos pactuar? É Agenda 21 nacional, e Agenda local. Eu digo que: tem de haver ousadia. Se querem saber como nós podemos fazer o Estatuto da Cidade funcionar, esses Planos Diretores Participativos não adiantarão nada. Eu digo a vocês porque eu vi. Eu sei que tudo se repete neste país. Se nós tivermos a caneta do Presidente da República, a caneta do Prefeito, a caneta do Governador, escrevendo o seguinte: “O que estiver decidido aqui vai para o Orçamento. A cidade que não cumprir os pontos determinados, os pactos da Agenda 21, os pactos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor não recebe recursos, transferências por convênio, transferências voluntárias do Governo Federal”, se o Governo fizer isso, garanto que esse problema termina. O que vimos ontem, o desmatamento gradativo da Amazônia, é o que estamos vendo aqui: a destruição da Floresta da Tijuca. Isso acontece impunemente porque não há forma de enfrentar o problema se não houver vontade política, instrumentos. O que quero dizer é que de nada adiantará ter um Plano Diretor Participativo, pactuado com a sociedade, se não tivermos instrumentos para fazer esse Plano funcionar, e isso é um problema político também, não só um problema técnico, o que já não é pouca coisa.

Portanto, queria encerrar dizendo que a metodologia deve ser a do bom senso: vamos aproveitar tudo que já está pronto, aí, tudo que já está feito. Vamos tentar, Vereadores Jorge Felipe, Eliomar Coelho, Dr. Adilson Soares, trazer para esta Mesa de debates aqueles que têm as informações na mão, como o Presi-

dente do IBGE, o corpo técnico do IBGE. Vamos ousar pensar que a nossa cidade não vai melhorar se nós não tivermos a ousadia que tivemos aqui de discutir a Região Metropolitana, e termos de discutir as relações inter-governamentais, porque o Rio de Janeiro é uma cidade que não tem autonomia política nem administrativa. O Rio de Janeiro é uma cidade refém de Três Poderes que não se entendem, que permanentemente competem uns com os outros de maneira destrutiva, atropelando uns aos outros, e o Governo Federal, que mudou a capital desta cidade para Brasília, em 1960, não desencarnou da nossa cidade, continua presente.

O Vereador Eliomar Coelho tem sido um grande defensor da cultura, e estava aqui, semana passada, desesperado, pedindo socorro ao Ministro Gil, sem um tostão. Se quisermos resolver o problema cultural desta cidade, temos de pactuar com o Governo Federal, já que os próprios culturais desta cidade são ainda, quase todos, federais. Nós temos que arrumar um jeito.

Vereador Jorge Felipe, V. Exa. é o mais experiente, e o Vereador Eliomar, que é Oposição e Governo, também, em Brasília, vamos colocar juntos, sentados conosco, aqui, os Governos Federal e Estadual, porque, sem isso a cidade não terá Plano Diretor que sirva, uma vez que ela é uma cidade completamente anômala. Se ela não tiver condições de governar, isto é, de ser protagonista de suas próprias políticas nas áreas de saneamento, meio ambiente, habitação, se depender de 35 órgãos federais e de mais não sei quantos órgãos estaduais para resolver uma bobagem ou uma coisa grande, não importa, não conseguiremos que esse Plano Diretor seja, pelo menos, do tamanho das nossas utopias. Eu acho que um Plano Diretor que não tem utopia, que não tem visão estratégica, que não tem a audácia de pensar que esta cidade tão fragmentada pode se unir em torno do seu próprio futuro – que está, hoje, profundamente ameaçado – não será posto em prática. Sem isso não vamos conseguir aquilo a que nosso pequeno esforço inicial nos conduziu.

Em cumprimento a todos, e desejo que a gente se multiplique nesse esforço de juntar informações, de trazer mais Vereadores, de trazer outros órgãos e poderes para junto de nós, para que, realmente, esta cidade possa sair da crise profunda na qual está submersa e encontrar um caminho que seja digno do seu destino.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereador Dr. Adilson Soares, V. Exa. deseja fazer uso da palavra?

O SR. VEREADOR DR. ADILSON SOARES – Não. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vereadora Rosa Fernandes?

A SRA. VEREADORA ROSA FERNANDES – Eu queria só fazer algumas observações sobre o que foi dito pela Vereadora Aspásia Camargo, e aproveitar este momento para cumprimentar a todos os Vereadores aqui presentes e a todos que vieram a esta Casa para participar.

Começo, Vereadora, dizendo que planejamento não é prerrogativa de dois ou três, principalmente dos membros desta Mesa. Não é só a Vereadora Aspásia Camargo, o Vereador Eliomar Coelho, Vereador Jorge Felipe, muitas outras pessoas aqui estão comprometidas com capacidade plena de planejar e de buscar caminhos. Eu acho que o trabalho que se faz aqui, de Plano Diretor, ele ainda é aquém do que gostaríamos e o Vereador Eliomar Coelho é testemunha disso, mas certamente é mais do que fizemos até agora. E nesse sentido, sou bastante otimista porque apesar da platéia e das galerias estarem vazias, relativamente vazias, pois elas deveriam estar superlotadas pela importância do trabalho e do tema, nós não podemos desmerecer aqueles que estão aqui presentes, que estão imbuídos de um propósito, que estão acreditando que é possível mudar porque senão não estariam aqui, não é? Sair de casa cedo, pegar trânsito, ir para a Câmara Municipal – ouvir Vereador que não é uma coisa muito agradável, escutar político não é o melhor programa de uma sexta-feira – é porque essas pessoas acreditam em alguma coisa e é partindo dessa premissa que eu acho que temos um instrumento para dar mais um passo. Eu acho que, infelizmente, a transformação ela não acontece com a velocidade que nós gostaríamos; mas acontece. Acho que com perseverança, luta, e essa luta já é travada há muito tempo pelo Vereador Eliomar Coelho dentro desta Casa e que não deu resultado há um ano, mas deu resultado, agora. Encontrou eco até no Poder Executivo que nem esperávamos que estivesse tão comprometido em colocar esse Plano Diretor para caminhar. É possível que ele não aconteça exatamente da forma como esperamos, mais alguma coisa vai acontecer. Certamente alguns passos nós vamos dar, não só através do Legislativo, mas do Executivo também porque no Executivo também há muita gente comprometida com essa proposição. Acho que trabalhamos com responsabilidade, e esse grupo já está fazendo esse papel com muita responsabilidade. Acho até que alguns, uns um pouco mais, outros um pouco menos, alguns com mais experiência, outros com menos, mas acho que esta Casa, hoje, respeita este trabalho, esta proposição que esse grupo está realizando. Eu tenho certeza que se depender do Legislativo Municipal, de aprovação, de negociação, de articulação ele estará debruçado, no mínimo ouvindo o que esse grupo tem para a-

presentar, e não será uma coisa alijada de todo um processo, não! Acho que já se conseguiu dar um grande passo em direção daquilo que é o ideal ou o sonho de cada um. Portanto, eu acho que cabe a nós, depois esse primeiro passo, depois de detonado esse processo de discussão do Plano Diretor, com responsabilidade, com Audiências Públicas que não estavam previstas, mas que foi decidido pelo grupo, inclusive por uma imposição do próprio Vereador Eliomar Coelho e da Vereadora Aspásia Camargo, abrindo essa discussão o máximo possível dentro das limitações que nós temos. Acho que daí em diante, cabe a nós, independente de termos a caneta ou não, porque a caneta nós não temos porque não foi essa a nossa proposição, eu não sou Prefeita da Cidade, você não é Governadora do Estado e nem o Vereador Eliomar Coelho é Presidente deste país, nós somos Vereadores mas dentro da nossa limitação, eu acho que nós temos capacidade de andar mais e mais, e provocarmos mais e mais, e pegarmos na mão de quem tem a caneta para que possa assinar, usar esse instrumento da forma que nós entendemos ser a melhor.

Era só essa observação que eu queria fazer.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vamos ouvir, agora, o Dr. Ricardo Morais, Assessor Técnico da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que dispõe de 30 (trinta) minutos.

O SR. RICARDO MORAIS – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor, público presente, bom-dia: meu nome é Ricardo Morais, em nome da Superintendência Geral do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, quero me congratular com a iniciativa da Câmara nesse caminho, na construção e na confirmação do processo democrático do Brasil, porque é disso que trata o contexto do processo do Plano Diretor, hoje.

Em nome da Dra. Mara de Biase, parabéns à Câmara do Rio de Janeiro e em meu nome, como membro, como Assessor-Técnico da área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Ibam, que trabalha dando assessoria às Prefeituras, aos Municípios na elaboração desse Plano Diretor, a oportunidade de, como cidadão carioca, poder dar uma singela contribuição pessoal, nesse momento. Estou muito orgulhoso, um pouco ansioso e vou pedir um favor ao presidente da Mesa, que me dispense momentaneamente para que eu possa apresentar melhor e estar à altura do evento ali embaixo, com o material que eu preparei.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – À vontade.

O SR. RICARDO MORAIS – Obrigado pela paciência e tolerância.

Bom, eu falo demais, então, eu também preparei uma cola para não perder os tópicos dessa contribuição que eu quero dar.

Temos que ressaltar, por tudo que foi falado aqui, que o Plano Diretor é um processo, uma experiência ainda em construção no Brasil. Desde a Constituição de 1988 que confirmou os desejos da população brasileira, pela cidadania, pela redemocratização do país e pela requalificação da atividade de planejamento, essa experiência vem sendo construída num país de assimetrias. Esse é um primeiro aspecto importante quando pensamos e eu vou focar no tema da palestra, no circuito metodológico dos planos diretores. Não existe receita para fazer um Plano Diretor, ou para estabelecer os processos participativos, porque os municípios brasileiros são assimétricos, suas capacidades são desniveladas, suas habilidades também. Hoje se requer dos Prefeitos, dos Vereadores e da sociedade, uma co-responsabilidade na construção do desenvolvimento, esse é outro ponto muito importante.

A metodologia do processo do Plano Diretor como um dos instrumentos de planejamento de desenvolvimento, pode avançar, como foi dito aqui, pode dar um passo à frente nesse trabalho, nessa conquista.

Nossa conquista democrática não terminou na Constituição brasileira, como também não terminará com a revisão do Plano Diretor. O próprio Plano deve criar as condições para que a participação da sociedade no Planejamento, que é um instituto constitucional, deva prosseguir e continuar.

De forma que o processo político, porque o Plano não é só técnico, ele é político, ele é social, ele é ambiental, ele é técnico, ele trata da vida das pessoas, porque detrás dele está o desejo da qualidade de vida e da redistribuição dos benefícios do processo de desenvolvimento e de urbanização, para que esse processo possa, ao longo da história futura do nosso país, cada vez mais se aprimorar, e nossa sociedade poder ser mais equânime, mais igualitária, mais distributiva, mais co-responsável com todos e por todos, isso é o que está por detrás. Ah, isso é um - como se chama? – farol, ainda que alguns digam: “Isso é uma utopia, há muita dificuldade e tal”, mas o processo está em andamento.

Então, a minha contribuição é trazer um pouco a visão do Ibam, que trabalha com os municípios brasileiros na construção desses processos. Trazer algumas observações sobre alguns cuidados que temos visto, que são necessários durante o processo de participação, elaboração e revisão de Planos Diretores.

Quero falar um pouquinho dessa experiência. Então, estruturei a palestra em três bloquinhos. Dando um resgate aos fundamen-

tos básicos, o que ancora, o que sustenta o processo participativo de revisão e de elaboração dos Planos Diretores? Aí vamos falar um pouco da Constituição, do Estatuto da Cidade, nesse foco específico do processo participativo.

Um segundo bloco sobre os objetivos, os grandes objetivos do processo participativo e também as qualidades que dele detém para embasar, então, um sistema de planejamento continuado, porque esse é um dos problemas. A descontinuidade, a falta de articulação entre as políticas, entre as ações de um governo para outro, entre governos.

Então, o Plano Diretor é – digamos – uma grande oportunidade de transformação, e isso tem respostas diferenciadas nas diversas regiões e nos diversos municípios brasileiros, depende das características também de como a sociedade local se organiza, das práticas de gestão. Há municípios, sim, que têm uma prática de gestão democrática, tem orçamento participativo, fazem as relações com as prioridades do Plano Diretor, muito antes até que o Estatuto da Cidade, por exemplo. É uma questão também de decisão política, como foi citado aqui.

E o terceiro bloco é um pouco a experiência. Há alguns exemplos da experiência que temos observado, no Brasil, nas consultorias que damos aos municípios. O Ibam é uma instituição de natureza privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública federal. Sua missão é o fortalecimento da capacidade de gestão em todos os aspectos dos municípios do governo local.

O foco principal do nosso trabalho é voltado para as Prefeituras, para as Câmaras, para as equipes, e eu, particularmente, trabalho na consultoria e assessoria das equipes locais na implementação dos processos de Planos Diretores, inclusive da estratégia de participação. Então, quero chamar a atenção, porque eu acho que é uma forma, uma observação do que acontece em nível nacional, uma contribuição para metodologia que virá a ser feita na Cidade do Rio de Janeiro.

Bom, fundamentos básicos: Constituição Federal é a grande âncora com os seus princípios gerais de cidadania, de dignidade da pessoa e da erradicação da pobreza, de redução das desigualdades sociais e regionais, entre outros princípios e objetivos. Todos incluídos, todos trabalhados, todos sustentando o processo do Plano Diretor.

Ora, isso aqui é uma conquista nossa, que o constituinte organizou politicamente e negociou para colocar na Constituição do Brasil; tudo o que é feito nesse país deve se materializar a partir desses princípios.

Não tem conversa, isso é que deve orientar a decisão dos poderes constituídos, com autoridades dos investimentos, a distribuição dos recursos, ou que bairro que vai investir, ou se ele vai botar saneamento, isso é o paradigma, isso escolhemos para nós.

Embutido nisso está a idéia da Justiça e da Inclusão Social,

nós temos avançado bastante, é um caminho penoso, é um caminho de conquista continuada, por isso não devemos ficar muito intimidados pelas dificuldades do processo, assim como não ficamos com as dificuldades da vida, temos que continuar. Da mesma maneira um instrumento como este, do Plano Diretor, também, temos que continuar construindo a experiência, porque o nosso objetivo é a Justiça, Inclusão Social, logo pensamos numa idéia de equiparar as oportunidades entre todos para terem qualidade de vida. E aí, aconteceu uma coisa importantíssima e coerente, dentro da Constituição, no Art. 5º que é a grande mudança de paradigma sobre a propriedade urbana, o direito à propriedade. O direito à propriedade está garantido mas o que fazer dela depende de sua função, de seu valor social, ou seja, depende do que ela representa no nível da coletividade da cidade. Você tem direito de ser proprietário mas o seu direito está sujeito ao da coletividade quando a Constituição preceitua que a sociedade deve cumprir a sua função social. Isso foi a quebra de uma visão absolutista sobre o direito da propriedade, que criou as bases para podermos transformar e maturizar essa tentativa do Plano, essa redistribuição dos benefícios do processo de urbanização.

Então, outros valores, agora, estão agregados à sociedade, não só a visão econômica, mas a sua visão ambiental, visão social, isso é a sustentabilidade como a das diretrizes do Estatuto das Cidades, a integração dessas agendas, e como tudo isso se rebata na qualidade da cidade. Então, é aí que o Plano Diretor intervém.

E o Art. 29, quando fala dos municípios, especificamente, diz que as associações organizadas da sociedade devem participar do planejamento municipal, isso lá em 1988 e coloca um outro instrumento, que chamamos de controle social porque vem da parte da cultura da sociedade, e apresentação e iniciativa popular de projetos de lei.

Bom, a Constituição Federal, institui dois capítulos importantíssimos para as cidades e os municípios, sobretudo, o capítulo da política urbana e o do meio ambiente, já que estamos falando do contexto de sustentabilidade das cidades e dos territórios.

O capítulo da Política Urbana diz que o Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e que é uma competência do Poder Público Municipal realizado e ele tem que ser aprovado por lei. Bom, isso, de cara, coloca uma responsabilidade compartilhada entre os poderes sobre esse instrumento de planejamento, entre o Executivo e o Legislativo e, claro, tendo como base, ancorado na participação da sociedade, tela anterior. Juridicamente, esse é o suporte metodológico, deve ser traduzido numa metodologia para que esse instrumento, realmente, venha expressar as exigências fundamentais de ordenação da cidade, ou seja, as propostas, os resultados finais do Plano Diretor, que darão, então, a caracterização da função social da propriedade e da cidade, que está, então, con-

firmada pelo Estatuto da Cidade e, mais recentemente, o processo avança em orientações do Conselho Nacional das Cidades, uma resolução do Ministério das Cidades, a Resolução nº 25, de 18 de março, que confirma os mecanismos, em garantia da participação da sociedade, em garantia dessa responsabilidade compartilhada entre o Executivo e o Legislativo, inclusive, dizendo entre outras coisas - isso será falado, aqui, mas adiante - que municípios que já tenham organizados os Conselhos da Cidade que esse conselho pode dividir ou compartilhar a coordenação do próprio processo. Ora, o Plano Diretor fala da transformação da cidade. O mote clássico hoje é “qual é a cidade que queremos?” Não é esse o mote clássico? Mas vai muito além disso. O Plano Diretor pode transformar, e exige a transformação das próprias práticas de gestão do planejamento, no caso específico: urbano.

O capítulo da Política Urbana tem dois artigos apenas, que prenunciam que veio, depois, à ser regulamentado no Estatuto da Cidade, com seus instrumentos, diretrizes e formas de fazer.

O Art. 182, na verdade, propõe a recuperação da valorização imobiliária, ou seja, o combate à especulação imobiliária - é uma intervenção de mercado, mesmo! O Plano Diretor... as leis de uso do solo, que é um dos seus resultados; a Lei de Parcelamento, todas essas têm essa faculdade de intervir no mercado. A política urbana reconhece a cidade como centro do problema, como um dos centros de problemas nacionais. A maior parte da população vive nas cidades; e vive precariamente! - e facilitar o acesso à terra urbana. Esse é o sentido do Art. 182, quando institui instrumentos de intervenção na propriedade, diante da função social que ela deve exigir.

Além desses instrumentos... não é o caso, aqui, de entrar na definição, nem nada disso... há outros muito complexos. Como eu disse, a experiência está em construção. Não há um distanciamento que permita uma crítica sobre a efetividade da aplicação, no território brasileiro, tão diferenciado nos seus municípios, desses instrumentos. Isso não quer dizer que não se deva tentar aplicá-los. Em alguns casos eles são obrigatórios, como, por exemplo, nas cidades que estão obrigadas a fazer Plano Diretor. Mas é uma experiência em construção. Aí, eu quero ressaltar um outro ponto muito importante do processo de participação, que é... as pessoas falam capacitação dos agentes sociais. Mas eu acho que é a oportunidade de compreender a feição técnica do Plano Diretor também, que é complexa. Esses instrumentos exigem informação. Alguns são sofisticadíssimos. Algumas prefeituras nem sonham em ter a informação necessária para definir alguns desses instrumentos, muitos dos quais geram receitas. E toda a receita gerada a partir deles é para ser redistribuída, numa gestão democrática, também, dos recursos que daí advêm.

Então, vejam, é uma série de mecanismos; é um conjunto de

coisas, onde a estratégia de participação nos dará condição de compreender também essas complexidades, de entender a feição técnica do Plano Diretor, os seus rebatimentos espaciais. Sobre os problemas que nos afligem, nós sabemos. Todo mundo aqui pode dizer: “Falta de saneamento; falta de meio ambiente; falta de todos os jargões urbanísticos!”. Mas, entender como é que se pode intervir sobre isso... não é só uma questão de recurso, é uma questão de como se planeja essa intervenção, apesar de precisar ter o recurso.

Então, esse entendimento ganha muita importância nas situações, ou nas iniciativas, na capacitação dos agentes sociais, também sobre a fruição técnica do Plano. Isso deve estar integrado numa metodologia de elaboração do Plano Diretor em processo participativo.

O Art. 183, o que ele faz? Ele chove molhado. Ela fala uma coisa que já estava parametrada juridicamente, que é o usucapião, concessão de uso especial, para homem e mulher, duzentos e cinqüenta metros, cinco anos, etc... Reconhece o grande problema fundiário brasileiro, isso é uma mensagem expressa na Constituição e coloca então alguns dos objetivos principais do Plano Diretor, que é integrar a cidade real, uma coisa que a Vereadora Aspásia Camargo falou, as parcelas da cidade que têm controle e as que não tem, e também não tem nenhum entendimento e nenhuma atenção, ou seja, fazer a leitura! Por isso, a leitura comunitária! A leitura verdadeira da cidade que existe, de verdade, para todos! E claro, está embutida aí, a questão da inclusão social de todos nesse processo, ok? Bom, isso lá no capítulo da Política Urbana.

O Plano Diretor, no Estatuto da Cidade, fala de assegurar a função social da cidade, como a Constituição e dá uma série de diretrizes para o Plano Diretor, de onde eu pincei alguns: a qualidade de vida das pessoas; a inclusão social; o desenvolvimento sustentável; a visão integrada entre o econômico, o social, o territorial, o ambiental, de forma que se possa perpetuar a qualidade, recuperar a qualidade; inibir os processos desqualificadores, não é? Isso é o que significa assegurar a função social e a justa distribuição dos benefícios dos processos de urbanização. Isso é ser eqüitativo; isso é o combate àqueles que detém grandes parcelas do território, que são poucos, sobretudo a terra infra-estruturada, que é muito cara, que tem água, esgoto, iluminação, transporte e saneamento. Aquele processo que “perempteriza” a ação, bom, tudo isso já conhecemos e entendemos. Então, tem um caráter redistributivo, sim.

E, correlaciona, o Estatuto da Cidade, também foi tocado aqui o aspecto, o Plano Diretor no Planejamento Municipal, ao vincular como um sistema o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, inclusive, até porque o próprio Estatuto da Cidade, e também a Resolução, fala disso, que as Diretri-

zes do Plano Diretor devem ser absorvidas, devem ser trabalhadas também nestes instrumentos, que são instrumentos que têm os recursos do planejamento, dos investimentos, seguindo as prioridades do Plano Diretor, esses também em processo de gestão democrática, que é o Orçamento Participativo e outros exemplos que podem ser adotados para você discutir prioridades de investimentos, limites. Porque nós sabemos, como também já foi dito aqui, que os municípios tiveram ampliadas, em muito, as suas competências e obrigações, e os recursos cada vez são menores. Então, também reconhecer os limites que o município tem para investir priorizando os investimentos.

Também já foi mencionado, aqui, o Antigo 40 do Estatuto da Cidade, que fala de procedimentos no processo de elaboração e implementação do Plano Diretor, confirmando a coresponsabilidade entre o Executivo e o Legislativo na garantia das Audiências Públicas, na publicidade das informações, do acesso de qualquer interessado aos documentos. Ora, então, é uma coresponsabilidade sobre o próprio processo e está aí a exigir uma articulação entre os poderes; para possibilitar a compreensão da totalidade do processo, não só de participação, mas da gestão como um todo. A importância dos momentos de mobilização da sociedade; ora, se você tem aquelas obrigações de dar transparência à informação, de ter a participação da sociedade, o momento de mobilização, o momento de informação do significado do Plano Diretor também é muito importante na previsão das metodologias. O momento que antecede, costuma anteceder até a própria realização do processo de revisão em si, no sentido de você qualificar o diálogo. E não é só o diálogo da parte da população pela compreensão do que é o Plano Diretor, mas o diálogo das equipes das prefeituras. Porque um dos cuidados, uma das dificuldades é: como materializar nas propostas do Plano Diretor todo esse acervo de contribuições, de demandas, de decisões, de "conservação" com a sociedade? Isso é um desafio para as equipes técnicas também. Eles também estão incluídos nessa construção conjunta. E o próprio estatuto fala de uma série de instrumentos que, na verdade, é o que chamamos de instrumentos de controle social. Olha o Orçamento Participativo aqui! Como condição obrigatória para aprovação do Orçamento da Câmara. A maioria dos municípios do Brasil não faz isso, ainda.

Os grandes objetivos do processo participativo seriam, então, construir essa base do Sistema de Planejamento de Gestão Integrado e Participativo porque a participação não se esgota durante o processo de revisão ou elaboração do Plano Diretor. Mas deve ser um processo de planejamento continuado e essa participação deve estar além disso, para além do próprio processo de revisão. Então, o Plano deve conter os mecanismos que forem decididos e negociados, para participação da sociedade, no sistema de planejamento e nas decisões. Favorecendo, o que é o outro obje-

vo, a institucionalização desses mecanismos de controle social da sociedade na instância do planejamento. Isso dá as bases de transformação para conseguirmos construir a Cidade que queremos. Entre as qualidades do processo, além de identificar as demandas, a discussão das proposições, ou seja, dar oportunidade de uma visão ampliada sobre todo o processo. Quanto maior a cidade, mais difícil é você ter uma visão de toda problemática do território. E, aí, como é que uma metodologia de participação vai buscar as visões das diversas partes territoriais da cidade? Tem gente no Rio de Janeiro que nunca atravessou o túnel, não conhece a zona norte, por exemplo. Então não tem uma visão integral de sua cidade, não conhece de fato sua cidade e o que nela acontece. Então essas são qualidades.

Gostaria de ressaltar uma aqui que facilita também a identificação de parcerias e potenciais que existem no Município e que não são, digamos, aproveitadas. Por exemplo, quando se fala do financiamento e desenvolvimento urbano nessa co-responsabilidade, nessa visão estratégica, não só dos administradores, mas de todos os agentes da sociedade, sobre as condições e premissas de desenvolvimento. Temos que entender isso! Porque na hora que vamos votar, vamos votar nas pessoas que estão identificadas com esses desejos. E a cidade é formada por uma multiplicidade de agentes com demandas diferentes, com requerimentos diferentes. Na verdade, o Plano é um espaço de uma grande "conservação". Não é de equacionamento de conflito. Os dissensos, eles existem, e eles devem compor o conjunto de resultados do Plano Diretor. Então, quando se fala em impacto social, na verdade não quer dizer todas as minhas demandas serem atendidas de uma vez só em detrimento de outras, é como a articulação de todas elas, a priorização desse atendimento, desse planejamento, pode se dar ao longo do tempo para que então o município chegue, a Cidade chegue a ser aquela que queremos. Então, ajuda a desenvolver a visão estratégica. No planejamento esse processo deve resultar no quê? Em requisitos, tais como, o envolvimento da população, a transparência das ações, a continuidade da implementação da política urbana prevista no Plano Diretor, cooperação e co-responsabilidade entre todos. E essa visão multissetorial sobre a organização do território e os impactos da política.

Outro cuidado que temos observado, outra dificuldade, nas estruturas maiores, como a do Rio de Janeiro... Por exemplo, no momento estamos com o Plano Diretor de Maceió, com o Plano Diretor do Distrito Federal, que são grandes cidades, capitais importantes e uma das coisas que temos reparado da parte das Prefeituras é essa falta de articulação e integração entre as políticas e divisão da totalidade do próprio território. Então, a visão multissetorial dos impactos das políticas, elas têm que conversar, sobre o que elas geram sobre o território. Ganhar esta visão é

importante.

Esses requisitos no processo de planejamento dão a sustentabilidade e a maior legitimidade à própria gestão do desenvolvimento urbano.

No terceiro bloco, finalmente, algumas contribuições do Ibam, aqui eu procurei fazer um resumo. Uma das grandes diferenças dos Planos Diretores do passado, da década de 70 e tal, não é só a questão da participação, mas como ela é organizada. Hoje as leituras técnicas e a leitura que a sociedade tem da própria cidade são indissociáveis, daí uma das dificuldades das equipes técnicas, com esse acervo, conseguirem materializar as propostas do plano. Esse é um passo importante dentro da metodologia total do plano. O processo vai seguindo e a sociedade participa todo o tempo, inclusive após, no monitoramento da implementação do plano pela criação da institucionalidade da participação nas propostas do Plano Diretor.

Então, os processos de leitura técnica e leitura comunitária interagem ao mesmo tempo em que as equipes recebem ou conhecem as demandas, dão o resultado técnico, e isso vai, num diálogo, até o final. Então, não é só a consulta aos problemas, é a discussão de propostas. A população tem que participar de todo o processo, até chegar na definição de diretrizes e objetivos do Plano Diretor, o que queremos para a Cidade, quais são as estratégias, e quais são os instrumentos que podemos definir para materializar esses objetivos e essas estratégias até o seu encaminhamento à Câmara de Vereadores. Isso é um resumo das etapas do processo, onde esse pacto é tão essencial quanto a validade política e a viabilidade técnica do próprio Plano, propostas do tamanho do Município, propostas do tamanho dos problemas.

Quero chamar a atenção aqui para uma coisa que tem acontecido no país, em algumas grandes cidades, que têm tido seus processos de participação argüidos através do Ministério Público, solicitado por movimentos sociais e pela sociedade, e representações da sociedade, argüindo a legitimidade do processo participativo. A metodologia de participação é um cuidado de se evitar a fragilidade do próprio processo, deixando alguns Executivos que atropelam o processo, muito frágeis.

Procurei listar algumas possibilidades de mecanismos de uma metodologia, estratégia de participação. E os passos básicos do processo de revisão e de elaboração do Plano Diretor, que vão desde as oficinas de integração num circuito que se retroalimenta da leitura comunitária com a leitura técnica. Então, o momento em que você discute. Em alguns municípios em escala menor, são criadas comissões de acompanhamento e participam das discussões técnicas nessas oficinas com as equipes locais. E em outros em escala maior, são os grandes fóruns, como é o caso daqui. As Audiências Públicas obrigatórias. Reuniões temáticas, por exemplo, que são mecanismos que facilitam e estimulam a

participação. Em Uberaba, por exemplo, deu muito certo dentro de um primeiro evento maior, definir câmaras temáticas, onde a população discutiu os problemas e os resultados foram fantásticos em termos das informações obtidas para o diagnóstico, por exemplo, como foi colocado aqui. Esse diagnóstico, também, é participativo, interage com a visão técnica. Então foi muito útil na hora da definição das proposições.

Reuniões locais, Reuniões regionais, Seminários institucionais, Fórum de acompanhamento, ou seja, para dar condições para participação durante todo o processo e além dele.

A Resolução 25 traz fortes orientações quanto ao processo de aprovação do Plano Diretor no Legislativo. Será comentado aqui mais tarde, confirmando esse compartilhamento e essa confirmação. Porque além de aprovar, de ter a responsabilidade de aprovar o Plano Diretor, portanto, conhecê-lo, participar do processo de fiscalizar o próprio processo e a sua implementação, ao Legislativo, pelo que está na resolução, caberá também confirmar a versão que lhe fora encaminhada para aprovação, com formação de comissão e com representante da sociedade também. Então são orientações, são mecanismos, que estão evoluindo, digamos, mecanismos de segurança, para tentar cada vez mais colocar o trilho do processo participativo na gestão.

Dentro da estratégia de participação, que isto está dentro de uma estratégia maior do próprio Plano Diretor, não é? A institucionalização dessa participação desde o seu início com a formação de fóruns, comissões de acompanhamento e a mobilização. A gente em cidades, faz trabalhos com crianças, com as escolas, mobilizando. As crianças são vetores de informação. Enfim, utiliza-se os recursos disponíveis no município para se promover o máximo de participação possível.

Um outro aspecto da participação é também inter-institucional, é institucional. A formação de comissões internas, que vão se relacionar com os outros níveis de governo, que vão se relacionar inter-setorialmente, que vão se relacionar com a Câmara, gerando relatórios, fazendo reuniões de trabalho, enfim, uma outra parcela do processo de participação.

E os instrumentos de mobilização. Hoje, por disponibilidade dos meios de comunicação, que é também assimétrica nos municípios brasileiros, vai desde o auto-falante na praça no domingo para discutir propostas do Plano Diretor e falar sobre o Plano Diretor até o uso de “site”, internet, redes virtuais. Então, esses recursos devem ser pensados e tem alguém atrás disso, designado para alimentar esse processo de informação. Uma das principais obrigações dos Executivos nos processos participativos é a questão da informação, esse ir e vir contínuo e constante e isso tem que, depois, se localizar dentro do sistema de planejamento da Prefeitura, guardadas aí, evidentemente, as assimetrias do território e os grandes eventos, obrigatórios ou não.

Tentei fazer aqui com fotos do registro, além das atas e gravações, o registro de vários momentos de processos de Planos Diretores que a gente tem participado. No caso aqui é uma cidade capital, grande, muito descontinuada territorialmente, tem cidades dentro da cidade, no caso estou falando do Distrito Federal, onde uma grande dificuldade é o reconhecimento do território como um todo – plano piloto, as cidades-satélite, o GDF (Governo do Distrito Federal), que é meio estado e meio município, enfim.

Está proposto em Brasília esse desenho onde você tem, similarmente ao Rio de Janeiro, 28 Regiões Administrativas, no total 56 sub-unidades. Então, 56 instâncias de canais ou caminhos para a participação, onde as Regiões Administrativas, devidamente capacitadas, promovem as reuniões nas suas localidades, consolidam resultados, a equipe de apoio à Comissão Institucional do Plano Diretor, que é do Executivo, alimentando a leitura comunitária com a instância técnica, esses resultados vão para reuniões regionais da RA, sistematizam-se os resultados, com registro e consolidação permanente dos resultados, esses resultados vão. Pois aí, se passou do passo mobilização-leitura comunitária para a definição de objetivos e diretrizes do Plano. Novamente as Regiões Administrativas, com as reuniões locais e depois as regionais, resultados Audiências Públicas então, com as pré-propostas de diretrizes e objetivos do Plano Diretor, aí pegando todos os agentes, todo o território. O fórum de acompanhamento da sociedade em todo o circuito, presente e participante em todo o circuito, reuniões específicas, sejam temáticas ou localizadas, porque propostas para determinado território têm que ser diferenciadas por causa de Brasília, que tem as cidades-satélite e tal, então para ajuste das pré-propostas pretende-se com esse desenho chegar à consolidação das propostas finais do Plano Diretor.

A SRA. VEREADORA ROSA FERNANDES -Ricardo, essa etapa é tão importante. Será que você poderia retomar esse seu processo? É fundamental esse esquema que você montou, ele é tradicional, mas é de uma importância enorme e se você pudesse retomar do início da reunião da RA, só para consolidar isso, seria bom.

O SR. RICARDO MORAIS – Sabemos todos que o Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Eu peço vênia, mas solicito que o faça de maneira objetiva porque ainda temos outros palestrantes.

O SR. RICARDO MORAIS – Pois não.

É uma instância de governo que não tem muita tradição de

participação, a equipe está aproveitando inclusive para se capacitar nisso. Como o território é muito segmentado, são cidades dentro da cidade, muito diferenciados os tratamentos e, portanto, cada uma das Regiões Administrativas, os administradores regionais são capacitados, eles mobilizam suas regiões, fazem reuniões das diversas localidades de sua região com o apoio e a presença da equipe técnica. A equipe sistematiza os resultados, devolvem os resultados e consolidam os resultados numa reunião regional onde todas as localidades vão nessa região. Isso se replica na hora de discutir objetivos e diretrizes do Plano Diretor, evidentemente o conjunto de todos os resultados foi trabalhado na leitura técnica e devolvido, então esses objetivos, diretrizes são novamente replicados. Regiões Administrativas, regiões locais e região regional e esse resultado novamente trabalhado, sistematizado, formulam-se pré-propostas. Claro que paralelamente a isso tem um processo institucional, negociação com o IBAMA, com IFAN porque é tombado, porque é reserva, etc. Então todos esses resultados conformam em pré-propostas que são discutidas em Audiências Públicas e algumas são rejeitadas, outras são confirmadas e outras são pinçadas para serem melhor discutidas e o fórum acompanhando tudo isso com seus representantes. A partir dos resultados da Audiência Pública e dos ajustes necessários, e às vezes se tem que fazer reuniões sobslentes para tratar determinados temas ou em determinada localidade para ajustar determinadas pré-propostas que então ganham uma feição um pouco mais fechadas e até chegar na forma de ante-projetos de leis.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradecendo, peço que entenda a posição muito ingrata a nossa, até porquanto esse zelo. Gostaríamos de ouvi-lo aqui horas e horas, sei que você tem muito a nos fornecer de dados e substâncias, mas é que nós temos outros palestrantes. Cedo a palavra agora ao Sr. Marcos Azevedo, Presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas da Cidade do Rio de Janeiro.

O SR. MARCOS AZEVEDO - Bom dia! Queria agradecer o convite para a participação do seminário, cumprimentar o Presidente da comissão. Vereador Jorge

Fellipe e demais membros da Mesa. Eu queria, antes de entrar no tema que eu vou tratar, fazer dois registros preliminares. Um, sou do Sindicato dos Arquitetos e participo do fórum popular de acompanhamento do Plano Diretor, e eu queria fazer o registro que temos um fórum que já funciona, existe com reuniões semanais, regulares a oito anos nesta Cidade, porque para o Plano Diretor o fato de nós estarmos participando desse seminário que a

Comissão Especial promoveu, de estarmos fazendo essa discussão aqui, hoje, porque isso é uma questão muito importante para a gente, porque há oito anos, quando o fórum foi criado, ele foi criado justamente numa tentativa de uma resistência que houve na época, em 97, oito anos atrás, de desfigurar o Plano Diretor e já oito anos atrás advertíamos sob a necessidade de se resgatar um processo de planejamento nesta Cidade. Infelizmente precisamos ter oito anos passados para a gente poder está fazendo uma discussão com essa profundidade, com essa seriedade, com esse tema com que a Cidade está sendo tratada nesse seminário. O segundo registro que queria fazer, já fiz aqui em outras sessões aqui do seminário, é com relação à própria iniciativa da Comissão Especial da Câmara de Vereadores. Acho que a gente tem que destacar a importância dessa iniciativa, e acho que há muitos anos, não sei, talvez quatro, cinco, ou oito, como a própria existência do Fórum, nós não temos nesta cidade um evento promovido, seja pelo Poder Executivo, seja pelo Poder Legislativo, com esse porte, quer dizer, propondo essa discussão ampla como está se fazendo aqui. Nós temos dez sessões de seminário com vários especialistas, lideranças, com debates que foram muito ricos e eu acho que a gente tem que destacar isso, inclusive, o que isso representa do ponto de vista de um reconhecimento ao Poder Legislativo, do Poder Legislativo ocupar o espaço que ele tem que ter na vida da nossa Cidade. Então, eu queria fazer esse registro com relação a organização do seminário.

Eu vou entender aqui que, na verdade, eu estou participando de uma reunião de trabalho, de um trabalho que começou com Audiência Pública, estamos tendo desdobramento no seminário e que esse trabalho é longo e que vai nos envolver a todos aqui. Gostaria de propor uma reflexão um pouco mais ampla desse processo da revisão a partir do que foi discutido aqui no seminário e apontando o que eu considero que seriam problemas, ou preocupações sobre as quais teremos que nos debruçar, tanto a Comissão, quanto a sociedade, a própria Prefeitura, a partir desse seminário.

Eu queria, primeiro, fazer uma referência, de quatro pontos que eu acho que foram tratados aqui e que a gente poderia tomar como uma referência geral, para a gente fazer a discussão seguinte.

O primeiro ponto destacado foi a necessidade de nós retomarmos a nossa capacidade de pensar a Cidade como um todo, foi um dos pontos que foram bastante destacados aqui e como consequência disso, também, plantarmos um processo de planejamento que dê conta desta Cidade, considerando todas as suas necessidades, seus problemas e com políticas consistentes e continuadas que possam dar conta desse problema e criando um sistema de planejamento integrado, democrático que permita fazer o acompanhamento dessa política. Eu acho que isso é um regis-

tro geral para essa discussão nossa. O segundo diz respeito ao papel do Plano Diretor. Acho que foi bastante enfatizado aqui o Plano Diretor como um dos instrumentos de planejamento urbano. O Plano Diretor é definido na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade como o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e como instrumento que vai ordenar a função social da cidade. Então, eu acho que esse aspecto também foi colocado aqui e é importante, não só para a nossa cidade, mas para qualquer cidade que queira pensar o seu desenvolvimento de uma forma equilibrada e, realmente, garantindo condições de vida dignas e com qualidade para todos os seus cidadãos. Então, esse papel do Plano Diretor, eu entendo que fica como uma referência geral.

Uma terceira referência é um pouco assim: o que representa o Plano Diretor e esse desafio que estamos enfrentando aqui com esse seminário com relação ao Plano Diretor? O Plano Diretor ficou marcado também como um documento, um processo bastante complexo, bastante abrangente. Aqui surgiram em vários momentos o que se trata no Plano Diretor, como é que a gente articula as várias políticas dentro do Plano Diretor e ao mesmo tempo resgatando os próprios instrumentos que estão no Estatuto da Cidade, que são instrumentos novos. A questão dos próprios conflitos que existem na Cidade e que o Plano Diretor tem que equacionar esses conflitos. Então, isso coloca para a gente uma referência para fazermos a revisão Plano Diretor, elaborarmos o Plano Diretor é um desafio muito grande e que exige um empenho muito grande da Câmara de Vereadores, do Poder Público Municipal e da sociedade civil. Uma quarta referência é sobre a necessidade - quando falamos pensar a cidade como um todo, o processo de planejamento e o papel do Plano Diretor dentro desse contexto - que esse processo seja contínuo.

Não estamos falando de um momento em que estamos aqui tentando encaminhar a aprovação de uma lei, uma nova lei para a cidade que vai ordenar o seu crescimento, como se esse processo se esgotasse nessa lei. Muitas vezes não é só uma lei, porque sabemos também que o próprio Plano Diretor, o próprio arcabouço legal, exige outras leis complementares.

E se vamos colocar tudo dentro do Plano Diretor, para ele ser auto-aplicável, mas garantirmos que esse processo que estamos discutindo, represente, de fato, uma decisão, de estabelecer um processo permanente, que implica que essa discussão não seja formal, que esse Plano Diretor vá, de fato, ser implementado e que exija um processo permanente de avaliação da sua implementação, e, se precisa criar mecanismos para isso.

Então, eu estou pontuando essas questões que acho, foram mais centrais sobre o papel e a importância do Plano Diretor e do processo de planejamento. A partir disso, eu queria apontar o que vejo como problemas que temos, nesse processo, para dar-

mos continuidade a nossa discussão aqui.

Também foi um ponto consensual aqui, nas mesas, inclusive a própria Comissão Especial e os Vereadores já ressaltaram isso várias vezes, a importância do papel do Poder Executivo nesse processo. Não só porque o Poder Executivo tem as condições de dar o suporte técnico ao processo de elaboração do Plano Diretor, como também estamos discutindo, quer dizer, uma lei, os programas, os instrumentos, os quais, na verdade, têm que ser implementados pelo Poder Executivo. Então, essa questão, de qual é o papel e a importância da participação do Poder Executivo, nesse processo, acho que também é um aspecto para destacarmos.

Dentro disso, as preocupações para avaliarmos o processo daqui para frente. Primeiro, temos um histórico desfavorável com relação ao aspecto de qual é o papel que o Poder Executivo desempenha nesse processo. Por quê? Também já foi falado, várias vezes aqui, que tínhamos uma obrigação de fazer uma revisão em 2002, que seria quando o Plano Diretor estaria fazendo dez anos, completaria dez anos. Obviamente em dez anos a cidade muda muito. Em 2001, tivemos a aprovação do Estatuto da Cidade, que é uma lei fundamental para orientar a política de desenvolvimento urbano. Então, obviamente que isso estava já colocado, em 2001, a necessidade de revermos o Plano Diretor.

Nós todos sabemos que isso não foi feito. Foi encaminhado, em 2001, um projeto de lei para a Câmara, o Projeto de Lei Complementar nº 25/2001, que, na verdade, foi um projeto que não teve nenhum estudo, nenhuma discussão, não fez adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade. Quer dizer, tudo aquilo que o projeto deveria fazer e não fez.

Nós temos, teoricamente, um projeto de lei tramitando, há três anos, nesta Câmara Municipal. E tivemos, recentemente, no ano passado, a atuação do próprio Ministério Público, alertando à Câmara de Vereadores sobre toda a inconsistência desse projeto e recomendando que ele fosse devolvido ao Poder Executivo.

E o que isso coloca para nós? Coloca que uma situação, que já era crítica, em 2001, ou era em 1997, pela própria não-implementação do Plano Diretor, mas em 2001 quando estamos falando da revisão, obviamente que essa situação é muito mais crítica em 2005. Nós passamos mais quatro anos, e não conseguimos resolver, dar um encaminhamento para essa questão.

Uma discussão que surgiu, aqui no seminário: nós temos esse quadro não é porque estamos diante de uma impossibilidade, como se fosse uma coisa que não... obviamente, temos esse quadro, nós temos que ter uma leitura, porque o quadro é esse, porque essa impossibilidade, se nós pegarmos a lei hoje, que é o Plano Diretor que foi aprovado em 1992, na verdade, essa lei foi aprovada, foi nos estudos, nas discussões, e a própria tramitação na Câmara de Vereadores foi feita no espaço da gestão de 1989 à

1992, os Vereadores Jorge Felipe e Eliomar Coelho participaram desse processo. Na Mesa de quarta-feira, também, tivemos o relato recente da Prefeitura de São Paulo que, dentro das mesmas condições, aprovou o seu Plano Diretor, teve a apresentação da proposta do Poder Executivo, em 2001, foi aprovado em agosto de 2002 e teve, depois, os planos regionais aprovados em 2004. Então, nós, na verdade, estamos tratando do mesmo: qual é a prioridade? Qual é o entendimento que se tem sobre a questão do planejamento, sobre a questão do Plano Diretor e qual é a prioridade que se dá a isso? Estou fazendo um histórico, porque eu quero trazer essa discussão para hoje, não quero ficar falando do passado, quero falar, hoje, como é que nós vamos encaminhar isso.

Se nós formos fazer uma avaliação sobre o envolvimento da Prefeitura nesse processo, agora, que nós estamos, acho que temos avanços, a gente tem que registrar, apesar desses avanços, eles estão muito aquém do que é necessário ou do que seria esperado. A Prefeitura teve aqui, tem vários técnicos da Prefeitura, tivemos a presença de Secretários, o Secretário Alfredo Sirkis, mas eu esperava uma participação do Poder Executivo, nesse processo aqui, de uma forma muito mais efetiva do que foi, não só com a presença física aqui dos técnicos que estão muito bem-vindos, mas a Prefeitura trazendo os seus estudos e o que ela está pensando sobre o processo para que com isso pudesse representar uma contribuição nas discussões que estão havendo aqui.

Nós tivemos um fato positivo no primeiro dia do Seminário, saiu o decreto criando o grupo de trabalho no âmbito do Poder Executivo, para encaminhar ou acompanhar o processo de revisão do Plano Diretor. E tivemos aqui, o Secretário Alfredo Sirkis colocando-se a disposição para dar continuidade ao processo, inclusive, colocando, também, o seu compromisso em garantir que haja um processo de participação. Há uma preocupação de se fazer uma integração, de fazer esse trabalho que está sendo feito pela Comissão e de fazer uma discussão com a sociedade. Então, acho que são coisas impositivas que nós temos que comemorar.

Esse processo tem, também, limitações importantes para a gente refletir sobre elas. Eu quero destacar duas coisas para se pensar sobre essas limitações: uma, isso aqui é o Plano Diretor, isso aqui foi uma publicação da Prefeitura em 1996, se nós pegarmos no anexo desse Plano Diretor, tem até algumas pessoas que estão aqui, o Antônio Augusto, a Fátima não sei se está, agora na sala, mas as pessoas que participaram, na época, do Plano Diretor, ele foi discutido ao longo de dois anos, dentro do Poder Executivo, depois teve um ano de tramitação na Câmara de Vereadores, temos aqui seis grupos de trabalho, com 120 técnicos, eu me dei ao trabalho de contar, divididos, em: habitação, uso do solo, transporte, desenvolvimento econômico; temos a participa-

ção de vários órgãos municipais, estaduais e federais, e uma participação significativa de entidades da sociedade civil. Então, se nós concordarmos que nós estamos tratando de uma questão que é fundamental para a cidade, e que é uma discussão muito complexa, eu acho que nós temos que ter um engajamento que seja proporcional a essa importância e à complexidade do que nós estamos falando. Um outro aspecto, também, eu aprendi aqui no seminário: fazer Plano Diretor. Plano Diretor não é um modelo, não tem uma receita; temos várias maneiras de fazer um Plano Diretor. O que me parece, obviamente, eu só posso falar sobre o que foi apresentado, esperando que a gente tenha outros elementos diferentes para a gente poder debater em um outro momento. Mas, por exemplo, quando o Secretário Alfredo Sirkis colocou aqui a maneira como ele pensava o processo; que teria um texto base, que seria apresentado no Compur, para Audiência Pública, etc... Eu acho que nós temos um problema que é anterior a esse. Porque nós temos que pensar esse processo da revisão do Plano Diretor, a própria compreensão sobre esse processo, os temas que serão discutidos, as etapas, os estudos, ou seja, todas as etapas que pressupõem a elaboração do Plano Diretor, elas têm que ser discutidas, pensadas, amadurecidas, para nós podermos chegar ao objetivo, que é termos um projeto final de um excelente Plano Diretor, que realmente aponte outros caminhos para a nossa cidade. E essa é a discussão da metodologia, que é o tema da nossa Mesa, aqui, de hoje.

Então, esse debate tem que ser feito. Eu pergunto assim: como é esse texto base, que nós não conhecemos? De fato, nós não sabemos, nós não tivemos oportunidade de saber como é que isso está sendo conduzido no âmbito do Poder Executivo. Mas, se nós sabemos que nos últimos anos, o Plano Diretor não foi prioridade do Poder Executivo; que nós temos um grupo de trabalho formado recentemente que, até onde eu sei, não houve uma reunião desse grupo de trabalho, não foi instalado ou, pelo menos, não há publicidade sobre isso. E não há nenhum outro processo formal. Como é que é? É assim que nós vamos fazer a discussão do Plano Diretor? Quantas pessoas estão envolvidas nisso? Quais são as premissas que estão orientando esse trabalho? Essa é uma questão fundamental para a nossa discussão de hoje, da discussão da metodologia e como nós vamos fazer o desdobramento desse processo. Para mim, isso é um referencial.

Então, para encerrar, eu diria, como conclusão a esse seminário, como reflexão para a gente: nós precisamos saber se esse processo é para valer. A cidade precisa saber disso: se esse processo em que nós estamos, com esse esforço, com esse empenho, com essa iniciativa que teve a comissão... Qual é...? Como esse processo vai se desdobrar? E se nós realmente vamos chegar ao Plano Diretor para esta cidade? Precisamos dessa resposta.

Três questões que eu queria colocar, como desafios para a

gente. Uma, eu acho que a gente precisa ter essa demonstração por parte do Poder Executivo de que ele tem essa disposição de construir esse processo e nós construirmos essa articulação do Poder Executivo, da Câmara de Vereadores e da sociedade. Quarta-feira, eu achei muito interessante quando o Sr. Nabil colocou a experiência de São Paulo. Nós não estamos falando de que vamos, de que se está, nós temos esse processo de discussão do Plano Diretor; é um processo conflituoso, necessariamente. Eu achei muito interessante o Sr. Nabil falando como é que em São Paulo se organizaram os grupos - três fóruns da sociedade -, cada um representando uma vertente que, certamente, estava representada na Câmara de Vereadores e tal, e que se construiu um processo, que pelo relato do Sr. Nabil, o Plano Diretor foi aprovado quase que por unanimidade. É um processo conflituoso, que pressupõe negociações, ninguém vai ter o seu Plano Diretor, para um segmento determinado, e se conseguiu construir esse processo.

Então, acho que isso é uma referência para a gente. Nós temos que construir esse processo aqui.

Uma segunda referência, nós precisamos aprofundar, também é um desafio para a Prefeitura, para a Câmara de Vereadores e para a sociedade civil essa compreensão do processo, ou seja, eu entendo que nós estamos, aqui e agora, num momento, num processo de construir essa metodologia, que vai permitir que a gente chegue ao Plano Diretor que nós queremos. Então, nós temos que amadurecer essa discussão. Acho que essa Mesa aqui, de hoje, tem esse objetivo, o de colocar o debate, mas essa discussão não está fechada, temos que construir os próximos passos que vão permitir que a gente chegue a essa proposta.

E uma última questão também, seria importante nós resguardarmos neste processo, até a menção que o Vereador Eliomar Coelho fez no início, que nós temos também, tem que haver um posicionamento da Câmara de Vereadores, da Comissão Especial do Plano Diretor e do próprio Poder Executivo, acho que essa compreensão teria que ser comum, que os Projetos de Lei que alteram parâmetros de zoneamento, quaisquer que sejam eles, inclusive os PEUs, não podem ter continuidade, enquanto nós estamos no processo de elaboração do Plano Diretor. (PALMAS) Se nós estamos falando aqui que nós precisamos compreender a cidade como um todo e planejar a cidade como um todo, como é que nós vamos admitir que a gente possa planejar e pensar uma parte desta cidade, quando nós temos todo esse passivo de uma discussão que vem deixando de ser feita ao longo de todos esses anos.

Obrigado.

(PALMAS)

(Assume a Presidência a Sra. Vereadora Rosa Fernandes, Membro da Comissão)

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Agradecendo ao Sr. Marcos Azevedo, Presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas da Cidade do Rio de Janeiro, eu gostaria de convidar a Sra. Valéria Barbalho, Diretora do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

A Sra. dispõe de quinze minutos.

A SRA. VALÉRIA BARBALHO – Bom dia a todos. Queria também agradecer à Comissão pelo convite, por estarmos aqui expondo as nossas idéias, a nossa contribuição, no sentido de construir esse processo.

Primeiramente, quero dizer que eu não sou Doutora em nada, que eu tenho como prática estar sempre aprendendo. Eu vou até citar um texto que eu estava lendo ontem com amigos, de Aldous Huxley, que diz: “tão importante quanto aprender, é desaprender”. Então, isso, eu não sei qual o significado que tem para todos os outros, mas para mim, isso significa que se você desaprende, você reaprende e é esse ciclo que faz a gente avançar em termos de conhecimento e de experiência etc.

Então, como eterna aluna, estudante, eu tentei aqui nesses nove dias que antecederam o dia desse seminário, ser uma aluna aplicada e o que eu vou apresentar aqui é basicamente o meu entendimento, uma síntese do que eu puder aprender e também com muitas questões, que não puderam ser, como toda aluna, tem questões e, muitas vezes, devido ao grande conteúdo que foi apresentado, eu não tive a oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas. Então, vamos levantar aqui questões e tentar dar continuidade nessa construção conjunta. A primeira coisa que pude resumir como principal ponto de tudo que foi colocado é que não adianta a gente construir um Plano Diretor se não for para ele ser aplicado. Isso para mim foi básico, isso foi um entendimento. Não adianta construir nada que não venha a ser aplicado. Isso não interessa a ninguém. Para ser aplicado, implica vontade de quem tem a responsabilidade de aplicar. Para ter essa vontade, implica você ter claro que precisa de um pacto. Também foi uma coisa que assimilei aqui. Para mim, isso se tornou uma verdade. Quando todo mundo fala uma coisa, parece que vai se tornando aos poucos, pelos menos nesse momento, uma verdade. Uma coisa que ficou claro é que esse produto final deve ser um pacto. E, para construir um pacto, é necessário que haja interesse das pessoas que vão pactuar.

Vou mencionar aqui um ditado que me marcou muito e que conduz minha prática diária: “Quando um não quer, dois não brigam”. Sempre ouvi isso da minha mãe, do meu pai. Vou ousar aqui adaptar esse ditado – quando um não quer, dois não pac-

tuam. Estamos falando aqui num pacto que será feito por muitos. Então, a questão é: temos que ter todos, obrigatoriamente, ao mesmo tempo, vontade de pactuar? Talvez não. Existe, por exemplo, o Protocolo de Kioto, que não foi assinado por todas as nações, num primeiro momento. Várias nações vão aderindo e assinando com a continuidade do tempo. Para citar um exemplo, vamos falar de um pacto entre três. Se há um pacto entre dois, os dois podem conquistar o terceiro a pactuar. Isso é um desafio nosso. Existe uma resistência muito grande, porque nem todos os entes que precisam construir esse pacto estão com vontade de fazê-lo. Foi uma coisa que observei aqui nesse meu aprendizado.

A idéia nossa, o desafio nosso é conseguir que esses três ou os muitos queiram pactuar. Muitos, estou falando aqui, porque não são três. A gente fala aqui Câmara de Vereadores, Executivo e sociedade. Na sociedade são muitos os interesses que estão em jogo. Quando a gente fala em pacto, estamos falando em pactuar os conflitos, quer dizer, resolver ou chegar a um acordo – o pacto. Então, é importante a gente entender que, se alguns compactuam, poder ser que esses que compactuem cheguem ao pacto de todos. Há uma obrigatoriedade do pacto que acho até ruim. O ideal seria que todo mundo tivesse o interesse de pactuar, sem a obrigatoriedade que está imposta no Estatuto da Cidade. Mas não sendo o ideal, ainda assim pode ser bom esse caminho. Existe um grupo de entidades, de pessoas ou de interesses, em que alguns querem e outros estão se sentindo obrigados a fazê-lo.

Passando para um segundo ponto. Por que estamos acreditando nisso? É uma teimosia? Não. É por isso que acabei de dizer; acho que podemos conseguir uma adesão ou mostrar que esse pacto é importante e por que é importante. A idéia de construirmos um processo aqui precisa ser consensuada ou pactuada também. Bom, o que é necessário para se chegar nesse pacto? Primeiro, a gente reinventar coisas, quebra os conceitos, como eu comecei falando, desaprender um pouco coisas que estão concebidas. A gente precisa desaprender para reaprender. Então, hoje se fala em uma coisa moderna, nós estamos em outro momento, em que temos que construir... Eu vou dar um exemplo, que pode não ser muito bom, mas vai dar para explicar mais ou menos o que eu estou querendo dizer. Você tem um prédio construído com fundações, estruturas, vigas, etc. Aí, hoje, você tem outras estruturas, uma nova forma de construir a estrutura de um prédio. Então, você vai remodelar o prédio para o prédio ficar novo ou você vai construir um prédio novo a partir da nova estrutura? Então, é a isso que a gente quer chegar, num prédio novo com as estruturas novas, com essa nova forma de construir um prédio. O exemplo não foi bom porque está na suposição, mas a idéia é essa. Nós não vamos ficar presos à forma preconcebida de construir um prédio.

Então, a idéia é que um Plano Diretor tem que ser um pacto.

Essa idéia não é nova, ele tem que ser um instrumento de metas, de construção desse pacto. Não é um conjunto só de diretrizes para o espaço territorial da Cidade. Então, isso é fundamental. Está colocado aí um novo conceito de planejamento e isso não pode ser esquecido. Para a gente chegar nisso, a gente precisa construir essa metodologia. Então, como essa metodologia também tem que se basear em novas formas de se fazer, a gente não pode ficar preso às formas antigas. Por exemplo, eu vou falar: “O processo tem que ser participativo, então automaticamente tem que se ter Audiências Públicas” Não sei. Não sei se são Audiências Públicas. Por que? Ah, Audiência Pública é uma coisa boa. Nossa experiência mostra que as Audiências Públicas muitas vezes não produzem um resultado ou uma coisa concreta, pelo menos nesse sentido que eu falei, de você criar o pacto. Elas não têm mostrado eficácia nesse sentido, porque o pacto é negociado, e uma Audiência Pública não necessariamente. Implica apresentar sugestões e serem adotadas ou não, conforme a vontade de um dos lados.

Então, o que está claro é o seguinte: tem que reinventar outras formas, outras metodologias de participação. Então, são questões que a gente tem que pensar junto. Que metodologia é essa? Alguém sozinho supercriativo vai explodir uma nova? Não. Essa nova vai ser construída a partir do conhecimento de todos. Bom, então, são questões que se colocam: uma nova forma de fazer, inclusive a nova fórmula de discutir os problemas, os conflitos. Então, é fundamental para mim que essa questão da metodologia seja construída através de etapas que venham com novas formas de construção, por exemplo, um diagnóstico. Vou levantar um diagnóstico dos problemas. Significar explicitar o conflito que está colocado. Tem que estar claro. Se vou fazer um pacto para compactuar ou resolver um conflito, tem que ter explicitado o conflito. Foi falado aqui e, para mim, é a essência do que tem que ser discutido nesta metodologia. Eu quero uma metodologia que me mostre qual é o conflito que está em jogo.

Eu falei da nova forma de estrutura. Então, o Plano Diretor, se eu for reinventar, não significa que eu vá abandonar a experiência e o conhecimento acumulado. Isto está acumulado nas pessoas que participam. Qual é o escopo do Plano Diretor? Quais são as questões prioritárias a serem tratadas? O que não pode faltar no Plano Diretor? Bom. No caso das cidades com mais de 500 mil habitantes, deverá acelerar um plano de transporte urbano integrado. Então, esse é um ponto que deve ser considerado. O Plano Diretor deve conter, no mínimo, delimitações das áreas urbanas, onde poderá ser aplicado o parcelamento, a edificação, considerando-se a existência da infra-estrutura e de demanda para a utilização, na forma do artigo 5º. E você vê aí o artigo do Estatuto da Cidade.

Bom, como eu falei, o Plano Diretor deve conter metas com

prazos estabelecidos e com plano de investimentos. Quer dizer, como compatibilizar diretrizes, programas com previsão de recursos para financiamento, previsão de fundos para resolver esses problema? Quais seriam esses fundos? E o único fundo de desenvolvimento urbano são os vários fundos setoriais. O Plano Diretor já deve incorporar os parâmetros da lei do uso do solo e ocupação do solo? Como amarrar o Plano Diretor ao PPA e à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária? Como construir um sistema de planejamento com base nos princípios de gestão democrática e que garanta que o planejamento se constitua efetivamente como um processo dinâmico?

São questões que a gente deve discutir na metodologia que vier a ser pactuada entre nós. Além disso, como etapas de construção de metodologia, seria importante discutir novas fórmulas de diagnóstico, novas formas de explicitação de conflitos e novas formas de proposição dessas metas que devem ser contidas no Plano Diretor. Só para concluir, quero dizer que considero importante construirmos aqui um processo de discussão de novas formas de participação, de como conduzir esse processo. Nós estamos não só nos colocando aqui dispostos e motivados a fazer esse pacto, mas também estamos interessados em que esse pacto seja construído com a totalidade dos agentes interessados nesse processo.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Eu gostaria de agradecer à diretora do Sindicato dos Engenheiros, Sra. Valéria Barbalho, e queria agora convidar o Sr. Jerônimo Moraes, Presidente do Instituto dos Arquitetos Brasileiros – IAB/RJ, que dispõe de quinze minutos.

O SR. JERÔNIMO MORAES – Sra. Vereadora Rosa Magalhães, Membro da Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Vereadora Rosa Fernandes... a Vereadora Rosa Magalhães legisla na Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, na qual eu desfilei e tenho muito orgulho, porque ela é competentíssima e o senhor não é o primeiro que me confunde.

O SR. JERÔNIMO MORAES – Desculpe, Vereadora, foi um ato falho.

Srs. Vereadores, senhoras e senhores: em nome do Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil, eu queria, em primeiro lugar, saudar o Poder Legislativo da Cidade do Rio de Janeiro pela magnífica iniciativa do seminário. Enten-

demos a iniciativa como um primeiro passo para a participação da sociedade carioca na discussão do Plano Diretor, através dos poderes constituídos democraticamente, mas também da sociedade organizada. Eu aproveito também para desculpar a ausência da nossa colega Sônia Le Coca, que vinha participando do seminário e estaria hoje aqui, mas teve que se ausentar por uma razão de família, uma viagem de urgência a Recife.

Hoje, quando entrei nesta Casa, lembrei-me da primeira vez que aqui estive. Isto foi nos duros anos 70, quando, ainda estudante, estávamos fazendo uma manifestação na Cinelândia e a polícia veio com aquela violência da época. E foi aqui nesta Casa que encontramos as portas abertas e o abrigo para a nossa segurança. Hoje, quando entrei, me lembrei disso, Srs. Vereadores, e fico feliz que, 30 anos depois, esta Casa hoje traga a sociedade carioca para discutir o Plano Diretor. É um avanço tremendo, quando há 30 anos lutávamos por democracia; hoje, ela já está estabelecida e esta Casa, com sua tradição democrática, recebe a sociedade organizada, os diversos setores para discutir o Plano Diretor.

Queria cumprimentar os diversos colegas que fizeram as apresentações anteriores e que praticamente iluminaram todos os aspectos importantes da questão. Eu vou resumir a minha intervenção apenas a dois aspectos: a importância da população e a objetividade e simplicidade que pode ter essa participação. É claro que os fundamentos legais, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade ancoram a importância da participação popular de uma forma constitucional, legal. Mas a importância da participação na discussão de um Plano Diretor me fez pensar o seguinte: o Plano Diretor traz, em si, um aspecto autoritário como todo o planejamento. Um planejamento que se propõe a dirigir uma cidade é um planejamento autoritário. A participação é a única forma de contrabalançar e trazer a co-responsabilidade da sociedade. Não é possível mais fazer planejamento sem ouvir o usuário.

A cidade talvez seja uma das maiores invenções da humanidade, uma formidável invenção, porque a gente vive na cidade, nasceu na cidade e mora na cidade, mas a gente pode lembrar que nem sempre ela existiu; portanto, em algum momento, quando ela foi inventada, ela foi inventada com um aspecto de cooperação daqueles indivíduos que começaram a fazer as primeiras aldeias, que depois se transformaram nas primeiras cidades. É uma forma de cooperação das pessoas que vivem nessa cidade, e como fazer um plano sem ouvir quem nela vive? E eu não quero aí deixar de mencionar os poderes democraticamente constituídos. O Poder Executivo e o Poder Legislativo têm o seu papel fundamental e a sua verdadeira responsabilidade política em tudo isso, mas a sociedade, o usuário, o cidadão têm que par-

ticipar até para ser também responsáveis pela aplicação, pelo desenvolvimento.

Muito se disse aqui que, na verdade, um plano dessa dimensão não se encerra numa lei, não se encerra num livro; ele é um processo dinâmico que deve ser revisto, aperfeiçoado, implementado com a participação de todos, portanto com a corresponsabilidade. A colega Valéria, eu anotei aqui, propôs a questão de saber se esse processo é para valer. Vai depender da articulação e da pressão da sociedade carioca participar do processo do Plano Diretor. Há 30 anos, fomos capazes de exigir eleições diretas, exigir liberdade, e lembrei disso hoje quando entrei nesta Casa; a gente se esquece porque passaram os 30 anos, mas isso aconteceu através de uma luta da sociedade. Avançamos muito e hoje lutamos para participar das decisões.

Agora, como realizar essa participação de uma forma objetiva, de uma forma simples? Vou lembrar um aspecto singelo. É com satisfação que encontro aqui vários colegas arquitetos – muitos, conselheiros do Instituto de Arquitetos, outros, colegas do Sindicato de Arquitetos e, talvez, alguns que eu não conheça, que vão me perdoar – mas pude observar que esses colegas que estão aqui e anotei aqui são, em sua maioria, ou funcionários da Prefeitura ou funcionários desta Casa e, com certeza, posso supor, liberados pelos seus departamentos, pelos seus chefes, para essa importante atividade que é o seminário. Fora uma jovem colega que identifiquei aqui, que eu acho que não participa, que não é funcionária nem do Poder Executivo nem do Legislativo, não encontrei, ou pelo menos não reconheci nenhum colega de nenhum pequeno escritório, de uma pequena empresa, como são os milhares de arquitetos desta cidade que trabalham nas obras, nos projetos. Com certeza, não tiveram tempo de expor, se ausentar da sua obra, de faltar um encontro com clientes, para estar aqui, mas com certeza, muitos gostariam de estar.

É esse aspecto, quando eu falo de arquitetos, profissionais liberais que não podem estar, e fico pensando no resto da população. É importante que a participação seja possível através de encontros que a torne possível. Alguém falou aqui que muita gente mora na Zona Sul e não conhece a Zona Norte. Isso é uma história de Nelson Rodrigues sobre quem não atravessa o túnel. Recentemente, conheci um garoto de 14 anos que não conhecia a Zona Sul, e podemos supor que muitas pessoas que moram na Zona Norte ou na Zona Oeste não conhecem a Zona Sul. A dificuldade de chegar ao Centro da Cidade, com o custo das passagens, é muito grande para a população do Rio de Janeiro. Então, que esses encontros, esse seminários sejam descentralizados, aconteçam num lugar onde as pessoas vivam ou num lugar onde as pessoas trabalham. Aconteçam em horários que permitam essa participação, após o expediente de trabalho, nos finais de semana.

Então, é uma contribuição singela lembrar que a participação efetiva só poderá acontecer se tiver a facilidade para trazer a sociedade, mesmo a sociedade organizada e seus representantes, para essa discussão. Isso também pode ser feito de uma forma muito simples. Nós temos essa experiência no IAB, uma experiência exitosa e de custo zero. É ter um “site” na internet, ter um boletim informativo para quem quiser receber informações sobre o andamento dessa discussão, fazer uso, pelos menos, dessa ferramenta que, ainda cara para parte da população brasileira, é cada vez mais acessível. Então, isso não anula os encontros, nem audiências públicas, nem seminários, mas devemos usar a facilidade de receber informações pela internet, e isso pode acontecer de uma forma muito barata, muito simples.

Ficam essas duas sugestões, junto com o agradecimento pela possibilidade de estar aqui em nome do IAB do Rio de Janeiro, trazendo essa contribuição.

Muito obrigado.

(PALMAS)

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Dr. Adilson Soares, Relator da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora vamos ouvir a Sra. Márcia Vera Vasconcelos, presidente da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro, representante do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor.

A SRA. MÁRCIA VERA VASCONCELOS – A FAM-Rio, Federação das Associações de Moradores do Município do Rio, está inserida dentro dessa discussão do Plano Diretor. A gente faz essa discussão ao longo do tempo, e acreditamos que tem que continuar a metodologia, continuar essa discussão da Cidade desta mesma forma: discutindo a Cidade. Porque a FAM-Rio é dividida em conselhos regionais. Eu estou vendo, no Plenário, várias pessoas, vários conselhos regionais que estão aqui discutindo. Temos que aproveitar estes momentos para trazer a nossa voz. Eu me senti tão contemplada hoje aqui, porque várias pessoas, vários oradores diziam: “A sociedade organizada”. Então, eu já me senti citada várias vezes no discurso, agora queremos ver isso na prática. Não queremos nos ver citados, como importantes, só no discurso; queremos nos ver citados na prática e sendo convidados para discutir.

Estamos vendo o Prefeito fazendo várias intervenções na Cidade para o Pan-Americano, e as pessoas chegam a mim e me perguntam: “O que a gente vai fazer?” Nós somos cidadãos, construímos esta Cidade, estamos nesta Cidade, estamos discu-

tindo o Plano Diretor, e não sabemos o que responder, o que vamos fazer. Devemos começar a fazer barulho em cada setor, para ver se a Prefeitura vem nos dar alguma resposta sobre essa intervenção e para que é essa intervenção, e a consequência dessa intervenção depois do PAN. Nós nunca fomos consultados na hora em que chega num setor e cede o lugar para fazer um estádio olímpico, numa sociedade que está organizada há cinquenta, cem anos ali. Então, nos sentimos muito vaidosos quando ouvimos falar o nome “sociedade organizada”, só que não adianta citar que somos organizados. Nós somos, sim. Se perguntarmos a qualquer pessoa aqui, lá de Santa Cruz, ninguém sabe por que aquele lixão saiu de Bangu, foi para tudo quanto é lugar e, agora, voltou para Paciência.

Então, queremos uma sociedade organizada que participe, mas que a nossa voz tenha eco lá com o gestor público. Ele tem que nos comunicar, pelo menos dizer para nós: “Olha, nós precisamos fazer isso”. Nenhum de nós é contra o Pan. Não somos contra, mas queremos saber para que são essas intervenções. Nós não somos contra a coleta de lixo, o aterro sanitário que querem fazer; agora, tem que consultar a sociedade, para perguntar se ela está de acordo. Porque, senão, vai ser ele propondo as coisas, e a sociedade organizada – tão cantada neste Plenário – vai acabar dando o grito, e às vezes não adianta, porque já chegam com tudo tão organizado que não dá para intervirmos.

Então, nós queremos intervir, queremos que a sociedade organizada seja ouvida e, para isso, estamos aqui, para isso estamos nos organizando. Acreditamos que a metodologia para organizar a Cidade é essa, com a nossa participação e não só trazer os técnicos. Os técnicos fazem as coisas muito bonitas, como os urbanistas, os arquitetos, todos eles. Agora, se não nos perguntam para que estão fazendo aquilo, de que adianta o Plano? Então, queremos isso. Queremos que a sociedade seja organizada, mas seja ouvida, porque, senão, não adianta. Estamos nos organizando, batalhando tanto e não temos a ressonância da nossa voz lá junto ao gestor público. Queríamos também dizer o seguinte: foi criada essa Comissão para fazer essa discussão, mas esperamos que isso não se desfaça hoje, quando termina este fórum. Nós queremos que os Vereadores, que foram eleitos por nós, sejam os nossos interlocutores. Porque, às vezes, o gestor maior não quer nos ouvir, mas nós temos aqui a Câmara e queremos transferir também para essa Câmara, que foi eleita por nós, a responsabilidade de ser a interlocutora entre nós, sociedade organizada, e o poder que a gere a Cidade.

(PALMAS)

E queremos dizer mais: nós, sociedade organizada, queremos o nosso espaço e estamos nos organizando para isso. Então, eu

digo muito: abriu a portinha, a gente entra e depois não vai deixar fechar a porta porque já se estabeleceu lá dentro. Então, estamos aqui querendo marcar a nossa posição, queremos ser consultados, queremos que esta Comissão seja a nossa interlocutora, porque a gente precisa disso. Os esforços dos funcionários são para isso, a gente entrou e quer ser respeitada enquanto cidadãos de uma Cidade que a gente ama, quer ver melhor, mais bem organizada, mas que a gente possa viver nela. Não queremos construir a cidade para os outros, nós queremos construir a cidade para nós.

Então, a gente está aqui, deixando este recado: que esta Comissão não se desfaça hoje, porque o Plano Diretor não vai parar aqui. Há dez anos está se discutindo, a gente vai continuar a discussão; agora, queremos que esta Comissão seja o nosso porta-voz e não só neste momento, vamos precisar da Câmara para resolver os problemas que estão sendo colocados tanto com o Plano Diretor quanto com relação ao Pan-Americano.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora, vamos ouvir o senhor Hélio Barros, do Conselho de Moradores de Loteamentos, que tem dez minutos.

O SR. HÉLIO BARROS – Aí eu me sinto prejudicado. Toda vez que eu tenho que fazer um protesto aqui por causa do esbulho que o movimento popular tem no seu tempo de fala. Bom, eu fui contemplado, aqui, por várias pessoas, ao longo dessas Audiências Públicas. Fiz algumas intervenções que foram pontuais, eu acredito. Eu peço até perdão aos juristas que elaboraram o Estatuto da Cidade; quando a gente fala que não houve participação popular na construção do Estatuto da Cidade, foi porque não houve mesmo, e também não estava havendo na reforma da 6.766 que está aí, quase foi votada com contextos absurdos, coisas absurdas, que dizem respeito à nossa cidade. Nós, dos loteamentos, existimos há mais de 30 anos, somos organizados e temos políticas próprias e sempre vivemos numa ilha. Eu costumo dizer que nós sempre vivemos numa ilha dentro da Cidade, porque são áreas de especial interesse social, áreas onde tudo pode, onde a gente pode construir tranquilos porque o poder público, em geral, não vai nos afetar. Mas um dia nós decidimos pular no mar e nadar para a sociedade formal, que tanto se ouve aqui. A gente ouve a sociedade civil organizada, mas ela é sempre a formal, nunca a sociedade civil organizada lá dentro na cidade informal, que nós acreditamos que é 53% desta Cidade, ou mais, incluindo as favelas.

Nós temos uma preocupação muito grande nessas questões da

elaboração de instrumentos para a reforma dos marcos legais, que afetam a vida dos mais pobres, porque os mais ricos têm os advogados e se defendem. Nós, que estamos dentro das comunidades, das periferias, dos guetos, não temos instrumentos legais para nos defender; temos, sim, instrumentos que nos afrontam. Eu sou produto desse instrumento, de uma reintegração de posse. Vivía à margem dessa sociedade informal; um belo dia, mudei para ela e vi onde eu estava. Então, eu sou um produto desta Cidade, desses instrumentos legais para gerenciar e dividir o solo urbano, e que só são usados com energia contra o pobre. Nós vemos um Estatuto da Cidade, o IPTU progressivo; aí você pega a Av. Brasil, os grandes vazios são de empresas que muitas devem 2, 3, 4 milhões de IPTU, e nenhuma é executada. Você vê lá a ação de usucapião coletivo, que nós escutamos, aqui, os juristas nobres falarem que é um instrumento para a reforma do marco legal, mas nós não podemos utilizá-la porque ela fere a nossa individualidade na compra daquela propriedade. Ela não pode ser usada na favela, porque não há consenso na favela de se transformar a favela num condomínio especial.

Então, são instrumentos vazios que a gente acredita que não houve a participação de quem, realmente, usa a Cidade. O anel rodoviário de que a Secretaria de Transportes falou aqui só atinge a Barra da Tijuca – como se a Barra fosse uma Meca do Rio de Janeiro, o Eldorado – e esquece a periferia; esquece o pólo industrial de Campo Grande, de Itaguaí, onde centenas e centenas de pobres trabalham; esquece o Centro da Cidade. Não há política de reformulação do transporte rodoviário para o Centro do Rio. Temos que dormir em hotéis de R\$ 1 – a grande política do R\$ 1 -, que até nós, hoje, estamos usando, quando criamos o plano de inclusão social através da inclusão predial. Então, é sempre assim: são políticas usadas pela grande cidade formal, que só servem para ela e que, muitas vezes, se voltam contra nós, dentro da comunidade, dentro da sociedade civil da cidade informal.

Ontem vimos o jornal dizer que 98% das pequenas e microempresas do Brasil estão na informalidade. É algo incrível. O vendedor de sorvete na praia de Copacabana tem dois empregados, mas vive na informalidade. Ele ganha R\$ 12 mil por semana. Hoje estamos criando a Frente da Informalidade em Movimento, agregando movimentos sociais que vivem na cidade informal, para poder discutir os marcos legais e o que é a cidade. Vamos a Brasília e a São Paulo; chegamos lá e só se discutem políticas públicas de esfera nacional, esquecendo que moramos na cidade. Fomos para o Congresso do MDT, no qual se discutia... Os movimentos sociais do Rio de Janeiro, que se dizem defensores dos mais pobres, que são representantes do movimento popular, assinaram um documento que não contemplava a população de baixa renda. Se a pessoa chega à Zona Oeste depois das

oito horas da noite, não tem ônibus. A gente tem que andar de um lado para o outro, caminhando grandes distâncias para poder chegar a casa.

Que cidade é esta? Cidade dos técnicos, dos intelectuais, dos jurista, que empurram, cada vez mais, as comunidades, a cidade informal para os guetos, para o fim do Rio de Janeiro. Como disse um intelectual aqui, Rio não tem fronteiras, não tem marcos”. Então, daqui a pouco, a gente entrará em Nova Iguaçu por Sero pédica, e é Rio de Janeiro.

A gente precisa discutir a cidade informal. A cidade formal está aí – ela existe. Então, o Plano Diretor é um momento importante para nós do Movimento Popular e de Loteamentos, que temos políticas próprias. Nós discutimos com os técnicos – está aqui o Antonio Augusto, que durante onze anos coordenou o Núcleo de Regularização de Loteamentos, que de dois em dois meses reúne 300 lideranças, moradores. Todo mês, a gente reúne, na escola em Madureira, também 150, 200 lideranças quando discutimos a cidade em que vivemos e propomos políticas. A gente vem para esta Casa pedir que sejam votadas, e são votadas. Com a graça de Deus e com a compreensão dos Vereadores desta Casa, temos vivido nessas ilhas, protegendo a propriedade e fazendo que se cumpra o fim social da propriedade. Porém não queremos isso; queremos ser inseridos na cidade formal e que haja políticas para todos e não queremos que se use a Lei Complementar nº 16, peguem alguns artigos dela, protejam algumas comunidades e deixem outras à margem da lei, considerada loteamentos irregulares e clandestinos. Quebrou-se a cadeia sucessória, porque ninguém previu na Lei nº 6766 o direito da propriedade, mesmo que não tenham sido concluídos os pagamentos da terra. Fomos enganados e somos penalizados duas, três vezes em toda a cadeia produtiva da posse da terra.

O que nós queremos? Queremos chegar a algum lugar. Eu, hoje, não brigo por mim mas pelos meus filhos. Quero construir uma cidade da qual meus filhos, meus herdeiros, meus descendentes possam usufruir e dizer assim: “Meu pai ajudou a construir-la”. Apesar de ter vivido 40 anos na cidade formal, quando me mudei para a cidade informal, quando me deparei com um monstro, eu me assustei. Fui vítima de várias injúrias, mas isso não me fez esmorecer. Hoje eu peregrino dentro das comunidades, e a companheira Márcia nos tem acompanhado. Tentamos reerguer o movimento popular, que está desacreditado por causa de lideranças que foram cooptadas e passaram a discutir políticas partidárias, deixando de discutir políticas comunitárias. Quando aconteceu isso, a sociedade civil se afastou dos movimentos, dos sindicatos, das entidades de classes, porque não tinha mais o que se discutir, a não ser partidos, eleições e as estrelas do momento. Queremos discutir a estrela que somos nós, que andamos e sofremos a violência do dia-a-dia nesta cidade. E isto o que nós

queremos: ser inseridos nesta cidade com dignidade. Compramos, pagamos e não levamos. Dentro da favela, disseram aqui que se vende laje. O grande empreendedor da favela tem três, quatro, cinco, às vezes 15, 300 moradias e as aluga. Então, por que não fazem cumprir os instrumentos, dando a propriedade para aqueles que estão ali pagando o aluguel, que não têm coragem.

Para a favela, tem aí o Favela-Bairro, com recursos enormes. Fomos precursores desse movimento do BID, com o qual sentamos à mesa. Fomos precursores na criação da Secretaria de Habitação, da própria PGM, do Movimento de Loteamentos, quando se pressionou o Executivo Estadual em 1987, quando se criou a Coordenação de Loteamentos na PGE. Depois, o Prefeito atual é que hoje tem uma grande participação na elaboração das nossas políticas. Ficamos privados de exercer o nosso direito, porque colocam na Constituição que para nós apresentarmos um projeto de lei de nossa autoria, temos de ter o apoio de 1% do eleitorado da cidade. Em uma cidade com seis milhões, temos de ter muita gente para assinar esse documento.

Nós não temos estrutura. Falam aqui na democratização da informação com a Internet. Vivemos num país com 170 ou 180 milhões de habitantes, chegando a 200. Vinte e quatro milhões de computadores existem, e a maioria está dentro das empresas. O pobre não tem acesso a essa informação. Então, está muito bem. Passo horas na Internet navegando, colhendo informações, mas o meu vizinho não tem um computador não tem acesso, ou muitas das vezes não tem nem luz nem água.

Acho que estamos vivendo num país em que temos de pular do barco, pisar no chão e dizer assim: “Não, eu vivo na Cidade do Rio de Janeiro, um ente da Federação do Brasil; vou viver na realidade e não na fantasia de que a participação...”. “Vamos capacitar!” Capacitar quem? Eu não sou doutor; tenho o 2º Grau, mal concluído. Aprendi porque achei que tinha que aprender, e porque a sociedade formal me excluiu da cidade. Então, tive que aprender. Fomentaram a discussão me disseram assim, conforme disse a Márcia: “Vou abrir uma porta. Se você passar por ela, você passa por todas”.

Tenho cinco anos de movimento social, sempre participando desta discussão. Já ocupei muitas vezes esta Casa com várias famílias, com moradores, estendendo faixas e bandeiras pela legalidade e pedindo o apoio desta Casa. Hoje estou vindo como convidado, sentando nesta Mesa e podendo dizer no templo da cidade formal que somos 1.600 comunidades, 1 milhão e 700 mil moradores, sendo maiores do que as favelas.

Nos últimos dez anos, através do nosso esforço, da nossa luta, 149 comunidades foram inseridas na cidade formal, com a ajuda de técnicos da Prefeitura. Discutimos, apontamos as necessidades, fazemos um trabalho dentro das comunidades, trazendo os

moradores para esta discussão, mas sem recursos. A companheira Márcia tem três, quatro reuniões por semana. Eu queria saber como é que ela paga, porque eu também não consigo pagar. Temos de nos cotizar entre as lideranças para poder ir às comunidades e fomentar a discussão, porque não temos recursos. Porém, nós conseguimos.

Acho engraçado o Poder Executivo e o Legislativo, nesse ponto serem falhos. Hoje eu vi no Extra que a Câmara fez uma publicação sobre o PEU de Vargem Grande e alguns assuntos de interesse, mas não vi as informações sobre o Plano Diretor e muitas outras coisas. Da mesma forma, o Executivo tem diversos comerciais na televisão. Eu nunca vi e gostaria que vocês me dissessem se há propaganda falando sobre a compra de lote na cidade, protegendo o adquirente ou o morador. Não existe. A Prefeitura, no caso, não tem interesse. E isso não desta administração nem da passada, mas já acontece há muitos anos. Nunca se ouve uma informação maciça sobre como adquirir uma propriedade. Aí, culpam os cartórios, jogam para lá, jogam para cá, dizendo que o Legislativo é que não tem uma lei, que o Executivo é o gestor do momento.

Ficamos sempre na mesma situação dentro das comunidades, mas acreditamos que este é o momento de sair dessas ilhas – pulamos na água e viemos para cá. E digo a vocês que vamos estar aqui em muitos momentos, até ocupando, se for necessário, nossos espaços do jeito que tem de ser, através de convocação das comunidades. Queremos discutir a cidade, com certeza, levando essa discussão para a Zona Oeste, para Zona Norte, para as faculdades, conforme ocorreu durante a Conferência das Cidades, a primeira. Vamos trazer a população e cobrar o que foi implementado nessas discussões. Este é um fato importante, e este é o momento dos mais pobres, companheira. Queremos ser ouvidos lá dentro, sem precisar gastar o pouco que temos para vir para este local.

É isso o que eu queria dizer, ressaltando a importância que esta Casa deu à discussão do Plano Diretor. Faço parte do Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor. Sou novato nesta discussão, tentando ocupar os espaços. Tenho companheiros de loteamento que tem 20, 25 anos e hoje estão aqui, porque estão vendo aonde chegou a construção das políticas que eles apontaram que era necessária. Não podemos deixar de comparecer a esta Casa, que constituiu esta importante Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, e vamos cobrar a participação da cidade informal.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Quero registrar também a presença do Vereador Wanderley Mariz.

Vamos dar início agora às nossas perguntas. A primeira oradora inscrita é a Sra. Letícia Hazan, do Gabinete do Vereador Rubens Andrade, que terá três minutos na Tribuna, por favor.

A SRA. LETÍCIA HAZAN – Tenho me preocupado muito com o resultado deste Seminário, no qual aprendemos muito, ouvimos muito. Achei que muitas coisas me deram a impressão de delírio, mas acho que, objetivamente, deveríamos sair daqui com um trabalho ao qual teríamos de dar continuidade. Gostei muito, quando cheguei, de um representante que estava apresentando ali na tela um trabalho muito interessante. Pensei que isso não era para o Rio de Janeiro, uma cidade como a nossa. Conheço bem a cidade, sou urbanista, e há coisas que vemos e sentimos que são impraticáveis. Mas ele falou sobre a construção de caminhos, e achei isso muito interessante.

Todos nós aqui, os segmentos da sociedade que estão trabalhando nisso, poderíamos fazer propostas para a construção de caminhos. Por exemplo, nossos técnicos da Prefeitura – eu fui técnica da Prefeitura – são grandes conhecedores da cidade, são muito responsáveis porque vão aos locais. Talvez esse grupo executivo do Plano Diretor da Prefeitura pudesse propor uma construção de caminhos. A Câmara Municipal, através da sua Comissão Especial, poderia também fazer propostas para a construção de caminhos. Nossos amigos dos loteamentos irregulares também têm um trabalho, que conheço desde que começou o Desenvolvimento de Regularização Fundiária, e são pessoas com um grande conhecimento das suas dificuldades. Da mesma forma, a nossa companheira da FAM...

Cada Grupo deve tentar estabelecer propostas para a construção de caminhos, mas a própria Câmara Municipal, através da sua Comissão Especial, deve estabelecer em edital um prazo para os grupos apresentarem essas propostas. Aí nós poderíamos ver o que aconteceria, sistematizando dessa maneira, no âmbito da participação popular, como diz o Estatuto da Cidade. Acho que seria prático e objetivo. Gosto muito das coisas mais objetivas; mesmo que alguma coisa não dê certo, é uma experiência. Esse negócio de construir outros caminhos... Cada um deve ter uma identidade a respeito de um tema, apresentando essas propostas. Devemos dar um prazo de 30, 60 dias para a apresentação, fazendo uma grande reunião para discutir essas propostas e conseguindo fazer com essas verbas de publicidade que existem... Temos de ampliar o universo da divulgação do Plano Diretor, fazendo alguma coisa muito simples para as pessoas começarem o conhecê-lo, divulgando-o nas escolas... Acho que é uma maneira concreta de participação.

Agora, também acho que o papel dos Vereadores é muito importante. Quem trabalha na Câmara recebe solicitações objetivas das pessoas. Cada Vereador, no seu reduto, tem conhecimento das dificuldades. Trata-se de uma área importante em que podemos obter informações, coletar esses dados, sem necessidade de empresas. Como diz a Rachel Rolnik, o povo sabe fazer essas coisas. Não precisamos contratar empresas para fazer uma coisa que nós é que temos de fazer.

Então, não sei se é válida essa minha proposta de cada área construir os caminhos. O Poder Executivo tem uma posição fundamental porque, se ele não participar e não quiser fazer nada, será aquela derrota novamente. Se o Poder Executivo já estabeleceu uma Comissão para fazer um trabalho, essa Comissão também poderia construir caminhos para objetivar futuramente uma discussão ampla do Plano Diretor.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora vamos ouvir o Sr. Luiz Fernando Taranto, do Gabinete do Vereador Stepan Nercessian.

O SR. LUIZ FERNANDO TARANTO – Bom, pessoal, vou tentar ser aqui o mais objetivo possível no sentido de contribuir para a questão da metodologia desse trabalho que está sendo desenvolvido por vocês. Obviamente, não sei se vou apresentar alguma coisa de novo, porque acho que não temos que reinventar a roda. Precisamos pegar o que existe e dar uma forma a isso. E esta intervenção é fruto, então, de algumas reuniões de que participei. Tentei sistematizar alguma coisa aqui para ver se podemos ajudar.

Várias pessoas disseram – e eu concordo – que a cidade, tem vida, e acredito que o corpo da cidade é o Plano Diretor. Se o corpo é o Plano Diretor, acho que a alma é o Plano Estratégico. O dado novo aí é conseguirmos juntar essas duas metodologias, obtendo um avanço muito grande para a elaboração do Plano Estratégico. Creio que na época da elaboração do Plano do Rio, o Plano Diretor já existia no Rio de Janeiro, sendo anterior ao Plano Estratégico. Houve, então, muita polêmica, porque um é o Plano Diretor, e o outro é o Plano Estratégico. O que é isso? Enfim, foi um processo bastante polêmico, na época. Na verdade, isso é uma moeda de dois lados – o Plano Diretor e o Plano Estratégico. É esse o entendimento que vai fazer avançar esse processo de que estamos participando aqui.

Sei que esses dois projetos se completam. Existem semelhanças entre esses dois planos, mas também existem diferenças, e precisamos ter consciência disso. Em que eles são semelhantes?

Em que são diferentes? Listei aqui uma série de semelhanças entre os dois planos, mas, enfim, as pessoas, já têm a consciência do que seja isso. Em síntese, o Plano Estratégico, na verdade, é um plano de ação, e o Plano Diretor é um plano para regular essa ação. Então, é nesse sentido que devemos caminhar para que possamos avançar com o Plano Diretor. Se conseguimos juntar estas duas metodologias, vamos avançar. A cidade poderá ser protagonista da sua própria história se fizermos estas duas metodologias andarem juntas.

A combinação do Plano Estratégico com o Plano Diretor vai gerar o que poderíamos chamar de um plano. O que estou propondo é darmos o nome de Plano Estratégico. Creio que seja o correto e o mais avançado. É claro que não se trata de um Plano Estratégico do jeito que conhecemos, mas devemos buscar um Plano Diretor que contenha diretrizes estratégicas, transcendendo a questão da mera regulação da ocupação do espaço urbano, como se faz tradicionalmente. Ele deve traçar diretrizes mais integrais para a cidade, mas nas diversas áreas: social, de desenvolvimento, da cultura, etc.

O que quero deixar bem claro é que não podemos esquecer que temos uma política a bel prazer dos governantes. Esse Plano Diretor passa a ser mais uma mera peça fictícia. E aí o processo de participação é que vai levar a que ele não seja essa mera peça fictícia. Por exemplo, acho que o Plano Diretor, dentro do Estatuto da Cidade, tem que estar vinculado diretamente à questão dos PPAs, e os PPAs devem estar ligados diretamente à questão do Orçamento. Se esse processo não caminhar junto, ele nunca será aplicado.

Fala-se muito em participação. Então, no nível da metodologia da participação, acho que – faço esta proposta – o Conselho da Cidade, o Plano Estratégico da Cidade, quando foi feito, em 1997... Quem dirigia era o Professor Carlos Lessa. Havia o Conselho da Cidade, de que participavam mais de 300 instituições. Acho que esta Câmara pode chamar aquelas instituições e outras para colocar que... O Plano Diretor, obviamente, tem que ser votado, tem que ser consensual, mas consensual não quer dizer unânime. Isto tem que ficar muito claro. Temos que quebrar o pau mesmo. Agora, quando chegar a esta Casa de Leis, no processo consensual, o Plano vai passar muito mais facilmente, é óbvio. Há coisas que terão que ser votadas, não é?

Então, acho que essa estrutura de Conselho da Cidade, uma estrutura de Comitê Executivo do Plano, de Comitê Diretor do Plano, ajuda a fazer com que a cidade participe, e esse processo de participação é importante.

Depois vou encaminhar à Mesa um texto que pode ajudar no tocante à metodologia.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora, vamos ouvir o Sr. Sydnei Menezes, que é assessor do Secretário Municipal de Urbanismo.

Por favor, o senhor tem três minutos na Tribuna.

O SR. SYDNEI MENEZES – Boa tarde.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Comissão, a Câmara pela iniciativa da Revisão do Plano Diretor de 1992 e lembrar mais uma vez que esse Plano de 1992 atingiu um avanço significativo no campo técnico e no campo político naquela época.

No campo técnico, foi envolvido na elaboração do Plano o competente quadro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Eu há pouco dizia para alguns colegas que os técnicos da Prefeitura continuam nessa luta, apenas alguns com os cabelos mais brancos, mas a convicção e o sonho permanecem. Portanto, foi muito importante o Plano de 1992 neste aspecto porque contemplou instrumentos importantes da política urbana.

No campo político, também foi importante porque foi elaborado um pouquinho depois da Constituição Federal, em que os grandes avanços na questão de política urbana foram introduzidos. Depois, tivemos a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e finalmente vários colegas aqui participaram à época da Constituição do Município, quer dizer, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Durante aquele processo cansativo, mas vitorioso, da elaboração da Lei Orgânica, particularmente o Capítulo de Política Urbana foi um capítulo em que se conseguiu avançar, sim, em cima de uma visão conservadora, que ainda era a visão da maioria dos Parlamentares da Câmara Constituinte, que foi a Câmara que fez a Lei Orgânica. Logo adiante, após a promulgação da Lei Orgânica, entramos na discussão do Plano Diretor.

Portanto, houve um acúmulo de discussões e de debates muito rico, e o Plano de 1992 foi na época um instrumento de vanguarda no país. E concordo com o companheiro Marquinhos, pois acho que agora temos que discutir é o momento que estamos vivendo, e é um momento absolutamente favorável à retomada dessa discussão do Plano Diretor, pelo fato de que a Câmara Municipal assumiu pela primeira vez a responsabilidade de trazer essa discussão. O próprio Poder Executivo já colocou aqui diversas vezes a sua intenção, o seu compromisso na elaboração do debate e discussão do Plano Diretor da Cidade. A presença aqui do Secretário Sirkis, trazendo algumas iniciativas, foi muito importante, mas há questões concretas, alguns decretos assinados pelo Prefeito Cesar Maia, e temos já constituído o grupo de trabalho da Prefeitura. Isso é uma verdade, um fato.

Por outro lado, foi realizado no início desta semana, finalmente, a instalação do Compur. É um outro fato concreto, e temos agora, mais recente ainda, o decreto da Prefeitura convocando para a Conferência das Cidades no âmbito do Município do Rio de Janeiro, coisa que o Governo do Estado não fez, e hoje está aí o decreto, abrindo o processo da Conferência das Cidades no âmbito do Município do Rio de Janeiro.

Então, quero crer que essas iniciativas concretas do Executivo, em particular da Secretaria Municipal de Urbanismo, demonstram o compromisso claro, a intenção de levar adiante essa discussão, evidentemente, se possível, em conjunto com esta Comissão de Vereadores, porque é uma Comissão pluripartidária que desde o início, desde a posse vem se preocupando com essas questões, e não podemos simplesmente ficar no Debate e no Seminário. Acho que esta Comissão tem um papel fundamental agora para, junto ao Executivo, à Secretaria de Urbanismo, traçarmos as metas, objetivos, estratégias, metodologia e todas aquelas questões que estamos aqui debatendo há mais ou menos dez Sessões.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Ouviremos agora a Sra. Cristina Reis, da Associação de Moradores e Amigos dos Postos 2,3,4 e 5 de Copacabana, que terá três minutos.

A SRA. CRISTINA REIS – Boa tarde.

Eu gostaria de aproveitar este momento para ler um depoimento que, na verdade, é um grito de alerta com relação ao que aconteceu há mais de 150 anos. Eu pediria a todos um pouquinho de paciência, porque se trata de uma reflexão.

(LENDO)

O Que Ocorrer com a Terra Recairá sobre os Filhos da Terra.

Era o ano de 1854. O presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce, propôs comprar uma parte das terras dos Suwamish, uma tribo da costa Noroeste, oferecendo, em contrapartida, a concessão de uma outra “reserva”. O texto da resposta do chefe Seattle hoje é distribuído pelo Programa de Defesa e Preservação do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU) e tem sido considerado, através dos tempos, como um dos mais belos e profundos pronunciamentos já feitos a respeito da defesa do meio ambiente:

“Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha. Senão possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?

Cada pedaço desta terra é sagrado para meu povo.

Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia, são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas Campinas, o calor do corpo do potro e o homem – todos pertencem à mesma família.

Portanto, quando o Grande Chefe, em Washington, manda dizer que deseja comprar nossa terra, pede muito de nós. O Grande Chefe diz que nos reservará um lugar onde possamos viver satisfeitos. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, nós vamos considerar sua oferta de comprar nossa terra.

Mas isso não será fácil. Esta terra é sagrada para nós.

Essa água brilhante que escorrer nos riachos e rios, não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados.

Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembra-se de que ela é sagrada e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada, e cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio das águas é a voz de meus ancestrais.

Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças.

Se lhes vendermos nossas terras, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos e seus também. E, portanto, vocês devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa. A sepultura de seu pai e os direitos de seus filhos são esquecidos. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto.

Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus.

A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é selvagem e não compreenda.

Não há um lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar das folhas na primavera ou o bater das asas de um inseto. Mas talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreendo.

O ruído parece somente insultar os ouvidos. E o que resta da vida se um homem não pode ouvir o choro solitário de uma ave ou o debater dos sapos ao redor de uma lagoa, a noite? Eu sou um homem vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumado pelos pinheiros.

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro – o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias, é insensível ao mau cheiro. Mas se vendermos nossa terra ao homem branco, ele deve lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar compartilha seu espírito com toda a vida que mantém. O vento que deu a nosso avô seu primeiro inspirar também recebe seu último suspiro. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem mantê-la intacta e sagrada, como um lugar onde até mesmo o homem branco passa ir saborear o vento açucarado pelas flores dos prados.

Portanto, vamos meditar sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos.

Sou um selvagem e não compreendo qualquer outra forma de agir.

Vi um milhar de búfalos apodrecendo na planície, abandonados pelo homem branco que os alvejou de um trem ao passar. Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o fumegante cavalo-de-ferro pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecer vivos.

O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo.

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra.

Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem per-

tence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

Mesmo o homem branco, cujo Deus caminha e fala com ele de amigo para amigo, não pode estar isento do destino comum. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo. Veremos. De uma coisa estamos certos – e o homem branco poderá vir a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus.

Vocês podem pensar que o possuem, como desejam possuir nossa terra; mas não é possível. Ele é o Deus do homem e Sua compaixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco. A terra lhe é preciosa, e feri-la é desprezar seu criador. Os brancos também passarão, talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminem suas camas e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos.

Mas quando de sua desapareição, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força de Deus que os trouxe à esta terra e por alguma razão especial lhes deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho.

Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa impregnados do cheiro de muitos homens e a visão dos morros obstruída por fios que falam. Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a águia? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Eu espero que vocês tenham entendido essa mensagem que eu quis deixar.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Vamos agora ouvir a Sra. Maria Luiza Tambrillini.

A SRA. MARIA LUIZA TAMBRILLINI – Boa tarde.

Tivemos hoje uma discussão bastante interessante com as pessoas que compuseram a Mesa. A coisa mais importante que surgiu neste dia de hoje é que sabemos que estamos vivendo um processo extremamente complexo, e é complexo porque é político, é social, é cultural, é econômico, envolvendo tudo o que a cidade tem. Parece que hoje ficamos sabendo que as pessoas estão preocupadas em fazer um processo em que toda essa com-

plexidade esteja presente. Percebemos, também, que existem pontos positivos, problemáticos e negativos, que vamos ter que discutir.

Aqui não temos a presença de todos os segmentos da sociedade, mas temos, pelo menos, os que se declaram pertencentes a segmentos que vão fazer parte desse ato de discussão. Eu acho que não conseguimos discutir, hoje, toda a questão da metodologia, e estou indicando, dentro do pacto que queremos construir – e dentro desse compromisso –, a marcação de outro dia para uma reunião. Não sei de que formato ela será, e estou pensando que nela não deverá haver mais pessoas falando, mas que seja uma reunião de trabalho, para começarmos a construir essa metodologia.

Considerando a importância do Poder Executivo neste momento de construção de metodologia, eu rogo à Comissão Especial – não sei se é através da própria Comissão ou da Presidência da Câmara de Vereadores – que faça um chamamento ao Poder Executivo para participar, a partir de agora, desse processo, como uma sugestão que está vindo de todos os lugares, de todas as pessoas que vieram se pronunciar. Eu acho isso importantíssimo. Colocamos várias Secretarias, aqui, da Prefeitura, que também tiveram uma participação limitada, e acho que temos que acordar esse gigante que está adormecido e que possui muitas informações necessárias para o processo que vamos fazer. Espero que tenha sido entendida a minha fala: estou tentando falar muito depressa porque o tempo está urgindo. Espero, também, que partamos para a discussão de uma data para essa próxima reunião.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora, vamos ouvir a Rosirene Cordeiro, da “Fé Mulher”. Três minutos, também. Por favor, não ultrapasse.

A SRA. ROSIRENE CORDEIRO – Boa-tarde a todos e a todas!

Tudo que eu havia de falar, de explicar, de oferecer, já o foi. Eu quero dizer o que sempre digo: “Quando se trava uma luta, não se deve ter a preocupação com o resultado, mas se há ou não o dever de lutar por aquele ideal. Sou feliz por achar que cumpro o meu dever”. Se alguém não souber de quem é essa citação, eu digo depois.

Eu traduzo assim este texto: “Seremos felizes por achar que cumprimos o nosso dever”. E, como cidadã, o indispensável é que seja discutido com o povo. Difícil é julgar a oportunidade e benefícios que poderão resultar de um empreendimento dessa natureza, do ponto de vista da situação psicossocial no Rio de

Janeiro, hoje, e por que não, do Brasil?

E, sem dúvida, é tempo de construir. As nossas virtudes são conhecidas, e a tendência patriótica consciente. Pôr mãos à obra para iniciar uma verdadeira revolução urbana responsável por mais mudanças da atual Cidade do Rio de Janeiro em sua totalidade. Uma metrópole moderna com outros hábitos, costumes e rotinas que vão provocar reações, como provocou no passado. Que as nossas mudanças revolucionem, modifiquem, mas que favoreçam todo o Rio de Janeiro e toda a sua população.

Temos que nos unir, mesmo divergindo, mesmo havendo diferenças ideológicas, partidárias e, principalmente, a tão discutida diferença metodológica, pois o importante é o consenso, o importante é se criar um Plano Diretor para contemplar todas as regiões, é construir o consenso caminhando junto com os Governos Municipal, Estadual e Federal. Será marcante, e todos nós iremos discutir as prioridades que são emergências, as necessidades da Cidade do Rio de Janeiro, do nosso povo carioca, de todos aqueles que aqui vivem e que a escolheram para fixar residência, para constituir suas famílias.

E repito que não quero, como cidadã brasileira, e, principalmente, como mãe de um cidadão carioca – e gostaria de dizer, com muito orgulho, que ele é da gema, digno, responsável, sem problemas –, eu não quero para os meus filhos, para os meus netos, para os meus bisnetos, e por aí vai, um pacote pronto para o Plano Diretor, para o estado que eu escolhi para viver com a minha família.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora, vamos ouvir o Sr. José Werson de Oliveira, Zezinho, vice-presidente da Faferj.

O SR. JOSÉ WERSON DE OLIVEIRA – Bom dia, companheiros, companheiras, Mesa. Primeiramente, eu queria convidar a todos para a posse da nova diretoria da Faferj, que será dia 12, às 14h. Todos estão convidados pela nova diretoria.

Eu sou conhecido porque sou um dos fundadores da Faf-Rio, três vezes presidente, e vim a muitas confusões nesta Casa, na retirada das comunidades de Marapendi, Via Parque, Autódromo, Restinga, Mato Alto, várias comunidades, principalmente no reassentamento das comunidades da área da Linha Amarela. Eu estava com vontade de voltar, mas achava que não tinha coragem, mas voltei em 1999, retornei e, sem dúvida nenhuma, esta Casa vai me ter como guerreiro, aqui dentro, em defesa das comunidades.

Vou, diretamente, ao PEU de Jacarepaguá, que foi discutido

há 15 dias nesta Casa. Eu fiquei impressionado com a discussão, com a passagem de rodo naquela discussão, que está sendo – ainda não acabou – definida dentro de Jacarepaguá. Para se fazer o Pan-Americano de 2007, vai haver muita alegria para muita gente e vai haver muita tristeza para 22 comunidades que vivem naqueles meios. O companheiro Vereador Eliomar Coelho sabe muito bem as dificuldades que nós vamos ter para enfrentar o reassentamento daquelas famílias das comunidades de Jacarepaguá. Sem dúvida nenhuma, esta Casa vai ter que segurar a barra porque nós vamos bater muito, de frente, em defesa dessas 22 comunidades que pertencem à área de Jacarepaguá, e uma delas, a Vila Autódromo já tem o título de terra dado pelo estado, para a permanência ali, já que era área do estado.

A outra coisa que eu queria colocar é que eu pertenço a uma comunidade que, agora, os meus filhos e minha ex-mulher moram no local, que é o recanto familiar de Humaitá, em Botafogo, na Rua Humaitá 270, que era terra do Governo Federal. Na época do Sarney ele fez um decreto para transferir essas terras que seria de 22 comunidades, no Rio de Janeiro, pertencentes ao Iapas. A primeira Favela no Brasil a ter a escritura definitiva, é a minha comunidade e a Vila Santo Antonio, em Ramos, e dali para frente não deram continuidade ao processo de legalização das outras 22 comunidades.

A minha preocupação com o PEU do Rio de Janeiro é nesse ponto: discute-se muito, mas não com a sociedade. Discute-se muito com os técnicos, mas é o que o companheiro colocou: tem que se discutir por regiões, com a comunidade participando. Não é só presidente de federação ou presidente de movimento; é a sociedade em si, sendo discutida, com o caso levado a sério, para que não tenhamos problemas futuros numa reconstrução da nossa cidade.

É importante fazermos um trabalho de reconstruir a nossa cidade através de um PEU? Sim, sem dúvida nenhuma, até porque a associação de moradores, ela tem uma dificuldade imensa de conter o crescimento na própria comunidade. Querendo ou não, a associação de moradores é um prefeito, é um pequeno corpo de organização que tenta segurar, o máximo possível, para que não se façam casas em lugares que são áreas de risco, isso e aquilo outro. Não há acompanhamento técnico da Prefeitura. Depois que está lá, aí é que se prontificam a tirar, porque colocaram no lugar errado. Dá muito mais trabalho fazer esse tipo de trabalho do que evitar que seja construído.

Então, eu acredito muito que os companheiros, toda sociedade civil organizada, têm que ver que o problema da favela não é o problema da federação, da Faferj; não é da Faf-Rio – que está aqui presente... o companheiro Juscelino –; não é da Fam-Rio; não é da Famerj; é de todos nós. Hoje, queira-se ou não, a sociedade necessita da mão-de-obra; e a mão-de-obra vem da comu-

nidade. Quando entramos nessa discussão, é uma discussão que nós temos que aprofundar e nós temos que ter parceria. Agora nós pegamos uma Faferj falida, completamente falida. Não tem nada. Mas, em compensação, tudo, para começar, é mais fácil. Eu estou muito feliz em começar a Faferj a partir daí. Acho que todos os órgãos organizados que queiram participar conosco, com frente de corpo técnico, para montarmos projetos, buscar, fazer; estamos abertos para fazer... principalmente a Igreja Católica, principalmente os sindicatos, principalmente as ONGs, para que possamos fazer um trabalho... A Igreja Católica fazia antigamente, com a pastoral de favelas um trabalho de preparar lideranças comunitárias. Eu acho que temos que começar a fazer cursos de capacitação, preparar os companheiros que irão ser diretores das associações e da própria Federação, para que possamos ter êxito no trabalho de reorganizar o movimento comunitário. E nós, da Faferj, estamos nos prontificando para isso.

Convido vocês para dia 12, às 14h.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora vamos ouvir a Maria Célia, da ONG Caatiba, que dispõe de 3 (três) minutos.

A SRA. MARIA CÉLIA ABREU – Serei rápida.

Dos diversos momentos em que participei aqui, eu gostaria de relembrar a questão de ordem metodológica e prática; A diferença entre metodologia, ciência e técnica e prática. Entre criar um projeto e executar, há uma distância monstruosa. Todo mundo sabe disso.

Eu retomo, novamente, sem querer ser chata, a proposta dos técnicos, cientistas, estudiosos, parlamentares, no caso aqui, os Vereadores, e o Poder Executivo de retomar o trabalho conjunto com os Ministérios da Cidade, da Reforma Agrária e dos Transportes para, pelo menos, começar a estudar e minimizar a questão da grande problemática que é a confusão inumana da grande Cidade, que está acontecendo aqui, Rio, São Paulo e gigantões iguais a Nova Iorque, por aí assim, onde a relação humana está caindo muito e a qualidade de vida também. Há dinheiro, mas não há qualidade de vida.

Outra questão. Eu sugiro uma visão sócio-econômica-cultural e até ambiental nessa relação que foi citada por alguns companheiros e alguns técnicos: a relação entre a cidade informal e a formal. A informal, fragmentada, pequenas comunidades em tamanho de área, mas com superpopulação aglomerada e a formal, ocupando maiores espaços e com um menor número de popula-

ção, de habitantes, são os bairros e os centros administrativos e por aí afora.

Na realidade, a informalidade, a Cidade informal e a Cidade formal estão se contrapondo e até se confrontando. Isso tem que ser visto, já existe um confronto entre as duas particularidades. Isso tem que ser visto em nível até da questão até da relação cultural e da relação da Sociedade do Meio Ambiente.

A companheira de Copacabana citou a Cacique Seattle, conheço o texto dele, belíssimo, mas nós temos, aqui, no Brasil, o Índio Airton Terena, que citou uma coisa semelhante no tempo do primeiro Governo de Fernando Henrique, quando foi feita uma cobrança a ele, dentro do Congresso Nacional, que ele era um índio aculturado e que sabia pilotar avião a jato, e que já tinha ido à Universidade. Ele falou assim, então: “Eu devolvo o avião a jato; eu devolvo a cultura de vocês e vocês me dão de volta o Paraná”. Bom, acendeu a luz vermelha.

Eu quero citar, ainda, a questão ambiental e a questão da regularização fundiária, do Maciço da Pedra Branca, que é um Parque Estadual, mas até hoje não foi regularizada a questão fundiária lá, e assim como qualquer coisa interessante aqui, já que ela citou Seattle, eu vou citar uma questão do Império Romano, que as grandes Cidades estão criando a ordem dos instrumentários, em que se troca comida e circo no final de semana por voto, logicamente, no final de quatro anos. Então, as grandes Cidades estão virando um Império Romano, final do Império Romano, depois ele caiu. Então, precisamos ter cuidado com essas coisas.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora, vamos ouvir Virgínia Salermo que terá 3 (três) minutos. Por favor, cumpra o tempo, porque nós, às duas horas, temos que encerrar.

A SRA. VIRGÍNIA SALERMO – Boa-tarde a todos.

Eu sou a Assessora Técnica do Senador Roberto Saturnino Braga. E venho acompanhando, como sou arquiteta, todo o trabalho do Vereador Eliomar Coelho e fiquei muito feliz, quando vi que o último bloco desse trabalho de vocês, efetivamente entrou na questão mais importante, que é a metodologia, o caminho que nós devemos seguir para chegarmos a um Plano participativo, democrático.

E eu aqui quero oferecer, é até complicado falar de nós mesmos, mas eu estudo há dez anos metodologias participativas. Fiz Doutorado, fiz Mestrado, apliquei metodologias participativas em empresas, ensinei, capacitei algumas pessoas nessa área;

quarta-feira entreguei o resumo da minha tese para o Vereador Eliomar Coelho. Estou à disposição para a gente trabalhar junto nestas questões, porque é um trabalho árduo, como todos os palestrantes aqui já disseram, como o arquiteto do Ibam, como os outros palestrantes anteriores na quarta-feira. A questão da participação é uma coisa realmente muito nova. A participação começa a existir na década de 80 nos países nórdicos; inclusive o Canadá, que não é um país da região nórdica, também já vem adotando as suas metodologias participativas. E elas têm critérios, regras. Você precisa de disciplina e algumas técnicas que estão envolvidas no suporte das metodologias.

Bom, é isso que eu tenho a dizer. Não quero aqui atrapalhar vocês, porque o trabalho vai ser árduo mesmo, não é fácil; participar é complicado e eu tenho experiência nisso. Enfim, eu tenho dois exemplares do trabalho, até publicado pelo Gabinete do Senador, portanto é gratuito, óbvio. E eu gostaria de passar a palavra para a Mesa e estou à disposição.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora, vamos ouvir Carlos Alves, Campanha Contra a Alca-RJ. Três minutos cada. Por favor, não ultrapasse.

O SR. CARLOS ALVES – Boa tarde, companheiros. Eu acho que essa discussão que a gente travou aqui nessas semanas, ela, na verdade, é um desafio, um desafio para todos nós. Então queria fazer uma breve reflexão aqui do que nós podemos melhorar na participação popular, com relação à discussão do Plano Diretor. Leis existem muitas no Brasil, muitas leis, planos. Agora, o importante é a sociedade se organizar e nós estamos organizados nisso, como os companheiros Helio e Márcia colocaram muito bem aqui. E cobrar do Poder Público, porque enfrentamos uma Prefeitura muito autoritária. Uma Prefeitura que abandonou completamente a sua obrigação em atender à população, por exemplo, com relação à saúde.

Não podemos deixar de colocar esse foco autoritário e irresponsável em muitas atitudes do Poder Executivo. Esperamos que, com nossa pressão popular, consigamos garantir, como a Valéria colocou aqui, outros espaços e mecanismos em comum acordo com a Câmara Municipal e também com o Poder Executivo. Podemos, inclusive, ouvir a população em cada bairro, nas Regiões Administrativas, fazer uma discussão com a Comissão da Câmara e também através das Associações de Moradores. Sou do Conselho lá do Méier da FAM-Rio. Queremos traduzir isso para nossas comunidades.

Agora, é importante também envolver a Prefeitura e a Câmara Municipal nisso. Temos as Regiões Administrativas, temos outras formas de ouvir a população. E nós, do movimento popular, que temos esse desafio, também podemos criar outras formas organizativas, como o Congresso das Cidades que aconteceu em Belém, onde nós temos autonomia para discutir o que é a cidade.

A cidade também – quero trazer essa reflexão aqui – tem classes sociais. Não podemos pensar – e discordo de algumas falas – de um Plano Diretor para todos. O Plano Diretor tem que atender – como o Hélio colocou – atender aos pobres, aos excluídos, às comunidades dos loteamentos, àqueles que não têm titularidade, não têm endereço, não têm transporte, não têm saúde. O Plano Diretor tem que refletir essa questão também. Ele tem seus aspectos técnicos; a gente não deixa de valorizar 1992 e toda contribuição dos técnicos. Mas ele também tem que refletir esse novo tempo de uma cidade viva, de uma cidade com conflito social, de uma cidade extremamente violenta em suas relações, onde bairros têm água, onde bairros não têm água, onde bairros têm condições de moradia, onde bairros não têm condições de transportes.

Isso tem que ser refletido no Plano Diretor, inclusive, como o Marquinhos colocou, na questão dos PEUs e dos zoneamentos. Será que vamos continuar destruindo a história do Rio de Janeiro, como eu provoquei aqui os administradores e as construtoras? Será que vamos continuar nessa seqüência de destruição da cidade, do nosso patrimônio ambiental, da nossa própria situação urbana? Quando você pensa um PEU de São Cristóvão construir apartamentos de 20m<sup>2</sup>! Para onde vai esse esgoto? Onde essas pessoas vão estacionar seus carros? E a própria questão, para concluir, do plano da Prefeitura na Região Portuária? Volto a dizer: um plano para classe média. Por que o trabalhador não pode morar no Centro da Cidade? Por que as ocupações como “Chiquinha Gonzaga” e “Zumbi dos Palmares” têm que ser desalojadas para mecenas culturais, como já foi dito pela Prefeitura? Ou então para artesãos? Não, nós queremos que os trabalhadores morem também na cidade. É direito deles não serem jogados em Nova Sepetiba!

(PALMAS)

Quero dizer aqui que tudo isso faz parte de um plano. Temos que situar a questão do Plano Diretor, encarando o Governo do Sr. Cesar Maia, um governo autoritário, um governo que não gosta de ser ouvido. Mas é um desafio nosso chegar para os companheiros e técnicos da Prefeitura e cutucar. Cutucar, através das nossas associações de moradores, através da Comissão da Câmara Municipal e a partir das entidades populares. Acredito que essas entidades vão ser muito importantes.

Quero lembrar aqui que foi falado, pela Secretaria de Urbanismo, a questão do Conselho da Cidade; acho, também, que um companheiro do Gabinete do Vereador Stepan Nercessian falou no assunto. Quero dizer o seguinte: precisamos de um conselho funcionando. O Conselho Estadual não funcionou, o Conselho Municipal não funcionou, porque a Prefeitura e o Governo do Estado não indicaram. Então, espero que esse ano, com a Conferência das Cidades, não haja uma briga política. Já que o Estado não convocou, que a Prefeitura convoque. Que consigamos fazer uma conferência, encarar nossas contradições, nossas opiniões. Agora, temos um Conselho e precisamos ter um Conselho funcionando. Não um Conselho de papel, um Conselho como a experiência dos Conselhos de Saúde de mais de 15 anos. Um Conselho que tenha representatividade, que vote, que tenha condições de deliberar e que seja onde nós, trabalhadores, possamos ter direito de falar. Onde a informalidade tenha direito de falar, onde a população que não mora na Zona Sul tenha condições de falar. Então, é isso que esperamos.

Eu entendo e nós entendemos a cidade como uma difícil luta social. E esta cidade tem que ser privilegiada para os trabalhadores. Eu pago aluguel, entendeu, Hélio? Eu pago aluguel. E os milhões que pagam aluguel? Porque o cara que já conquistou a questão do loteamento está lutando pela regularização fundiária, como nas favelas. E nós que pagamos aluguel? E as casas de cômodo do Centro, que a Secretaria de Urbanismo pensa só em mecenas e centros culturais? Não. Não queremos só dois, três projetos; queremos muitos projetos para essa população que mora nos cortiços, no Centro da Cidade, como eu gosto de lembrar aqui.

E, só para concluir, quero convocar todos para nossa marcha nacional. Como o MST fez uma marcha, Vereador e companheiros, nós vamos fazer uma marcha nacional em outubro. Todos nós queremos ir a Brasília colocar essas questões, que não atingem só o Município do Rio de Janeiro. E isso tudo faz parte de um plano internacional. Então, esperamos que os movimentos sociais possam atuar em comum acordo com os órgãos, não é Valéria? Esperamos que a gente possa ter essa pactuação. Mas eu acredito que nós vamos pressionar decididamente para que os trabalhadores consigam um espaço na cidade, que não sejam somente serviços, que não morem só nas favelas, que não tenham direito a nada, mas que consigam ter espaço e ter os seus direitos reconhecidos. São 500 anos de exclusão, em que nós não temos direito a nada.

E para finalizar mesmo, eu fico muito triste com a decisão do Governo do Estado, que deve estar sendo aplaudida pela Prefeitura, em iniciar o processo de privatização da Cedae. Eu denunciei aqui o que está por trás disso, é o que acontece em São Lourenço, a destruição que a Nestlé faz em São Lourenço; a Vivendi

também destruiu em Petrópolis o Morro do Rio Preto. Então, nós temos que nos mobilizar, porque o que aconteceu em Niterói, em Friburgo, em várias cidades em que a água foi privatizada, em que a água está nas mãos de empresas multinacionais, as tarifas aumentaram e a qualidade desapareceu. Eu lamento que o Governo do Estado não tenha ouvido os trabalhadores da Cedae; ele mente quando diz que os trabalhadores da Cedae ganham uma fortuna. Mas são heróis, como eu repito aqui, que colocam água com qualidade para toda a nossa população. Vamos lutar contra essa privatização.

E queremos um Plano Diretor participativo, com reuniões nos bairros; que esta Comissão saia da Câmara e vá para os bairros, vá para os loteamentos e, a partir desse debate, a gente consiga ter uma cidade para os trabalhadores. Porque muitos já têm esta cidade desde que Estácio de Sá fundou esta cidade. Nós queremos uma cidade para todos. Não à privatização da Cedae. Eu faço aqui um apelo.

E quero repudiar esse governo municipal, que, junto com o Sr. Bornhausen e outros, fizeram um fórum ontem aqui apoiando as mentiras contra o Governo de Cuba, as mentiras contra o Governo da Venezuela. A Prefeitura do Rio de Janeiro não tem essa titularidade. Ela tem que garantir cidadania para a população. E não fazer um fórum mentiroso e reacionário, que ataca um povo irmão como o povo cubano, que acabou com o analfabetismo, acabou com a falta de moradia e dá saúde digna para toda sua população. Uma cidade para todos, mas para os trabalhadores.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora vamos ouvir Isabel Cristina Cardoso, Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Por favor, três minutos só. Ultrapassando o tempo nós vamos ter que encerrar antes do pessoal falar porque às 14h temos que fechar.

A SRA ISABEL CRISTINA CARDOSO – Vou ser rápida e me ater à questão efetiva da metodologia. Primeiro eu gostaria de concordar com a Tambellini, também da Faculdade de Serviço Social, quanto à necessidade da gente criar um novo espaço, desdobrando a partir de hoje, a continuação dessa discussão da metodologia, fechamos essa seqüência de Audiências Públicas, mas na verdade eu acho que a gente precisa aprofundar mais. Somente hoje é que a gente está, efetivamente, discutindo os caminhos que vão operacionalizar todos esses desafios tão complexos. É um vício, desculpe, de ofício como professora e assistente social, a questão da mobilização e da participação popular é efetivamente uma das atribuições do Serviço Social. E eu fico me perguntando, quando a gente se depara com a questão de de-

finição de metodologias isso é um elemento final de um processo. A gente precisa se perguntar sobre questões que são fundamentais anteriormente e que vão, na verdade, iluminar as nossas opções metodológicas.

Então, eu gostaria aqui de elencar, por exemplo, quatro perguntas a serem feitas inicialmente. Isso entendendo que participação é a possibilidade da partilha do poder. Então, a gente precisa efetivamente se perguntar em que direção haverá essa partilha de poder.

A primeira pergunta a ser feita é: qual é a natureza do poder a ser partilhado, que se pretende partilhar? Porque se a gente pretende apenas um poder consultivo, de natureza consultiva, a fala vai se apresentar, nós vamos criar espaços, objetivos, conteúdos para que essa fala circule, mas, efetivamente, ela não estará aberta a um poder deliberativo. Então, a gente precisa discutir qual é a natureza desse poder. Se a gente vai trabalhar no caminho onde a natureza desse poder incorpora a fala, mas também a decisão. Então, a gente está trabalhando com uma outra natureza de poder e os fóruns, os instrumentos, os conteúdos, os objetivos que a gente estabelece na nossa metodologia precisam incorporar, de fato, esse poder da fala e da deliberação. Então, a deliberação é de todos, ainda que saibamos que no final isto está afunilado em dois agentes centrais: a Câmara e o Poder Executivo. À Câmara, porque ao final será ela que terá que dar um formato jurídico a este Plano, ao Poder Executivo, porque tem o poder, inclusive, de veto.

A segunda pergunta é decidir o tipo, a natureza do poder partilhado. Sob quais conteúdos este poder será convocado a ser exercido?

Aqui, eu lembro uma questão, levantada pelo Sr. Nabil, por exemplo, na quarta-feira, ele colocou que, para efeito de um consenso necessário à discussão do Plano Diretor em São Paulo, eles definiram conteúdos, matérias, que deveriam estar presentes no Plano Diretor de São Paulo, que, na verdade, desdobrou depois. E o depois, isso significava uma série de conflitos não possíveis de serem consensoados, que foram os planos regionais. E que foi lembrado, inclusive, aqui, que teve uma outra escala no tempo para ser discutido.

Então a gente precisa, inclusive, saber sobre que matérias e conteúdos efetivamente a gente vai estar se debruçando neste processo de abertura e participação.

A terceira pergunta é decidir dessa natureza do poder a ser partilhado e, também, os assuntos comuns a serem debatidos e deliberados. Quais são, portanto, as informações necessárias? Qual é a base de saber que existe atualmente e também a ser criada por parte da população, dos movimentos sociais e por parte do conhecimento técnico-científico que está acumulado? A gente não está partindo do zero, a gente não está inventando a

roda. Isso é preciso por quê? Porque, na verdade, essa participação para que ela seja, de fato, cidadã, não há participação sem informação. E, aqui, eu relembro novamente a mesma questão que o Sr. Nabil levantou, semana passada: abrir a participação sem efetivamente considerar que participação, ela anda intimamente junto com poder e saber. Não se tem a mesma base de poder, se você não tem efetivamente as mesmas bases de saber sendo contemplados, a gente está indo para uma participação fictícia.

Um quarto elemento, portanto, mas que, para mim, é o mais importante. Não há direito de cidadania sem o reconhecimento desses sujeitos de direito. Portanto: quem são os sujeitos que partilharão esse poder através da participação? Eles terão o mesmo peso, o mesmo direito? Isso por quê? Porque não há, de fato, interesses. Nós podemos até construir um campo comum de interesses, de negociação, que possibilite um consenso razoável em torno desse plano. Mas os interesses que, efetivamente, movem as pessoas a participarem desse processo, são diferentes e, extremamente, desiguais.

A pessoa, que me antecedeu aqui, colocou claramente um conjunto de elementos que apontam a necessidade do Plano priorizar determinados conteúdos, inclusive, conteúdos de classe.

Então, essas questões precisam ser respondidas também anteriormente, antes de se abrir uma metodologia, antes, efetivamente, de se esmiuçar um processo metodológico.

Eu acho que são estas questões. Aí, sim, a gente pode se perguntar: qual é a escala da participação? Dentro da escala de participação, o que é uma distribuição espacial, a gente pode se perguntar: quais são os canais que espacialmente já existem? Regiões Administrativas – é um canal? Subprefeituras – pode ser um outro canal?

Os próprios conselhos de classe. Eu penso, por exemplo, no que pertence à minha classe, minha profissão, Conselho Regional de Serviço Social. Nós temos aqui conselhos regionais também na área da arquitetura. Temos um conjunto de órgãos e classes, também, que podem estar sendo canais de difusão e discussão desse processo, e, temos vários outros. A discussão dos canais, que têm a ver com a escala, é um outro momento da metodologia.

Dito isso, eu gostaria apenas de reforçar uma preocupação já levantada por mim na quarta-feira, que diz respeito à utilização da metodologia, do Plano Estratégico e do Orçamento Participativo, que foi utilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, utilizando a estrutura das subprefeituras e da chamada participação popular. Coloco muitas aspas nessa “participação popular”. Isso eu acho que podemos ter como referência, mas não podemos colar o processo do Plano Diretor a essa metodologia porque ela não

foi, por exemplo, fruto de uma discussão como essa que está havendo aqui.

Então, temos que criar metodologias. Vamos nesse diálogo trabalhar com as existentes, mas não podemos colar uma na outra porque senão aquelas perguntas que eu falei anteriormente vão partir de um falso suposto que elas têm uma identidade e elas não têm.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Vamos ouvir agora a última pergunta, da Regina, da Amab FAM Rio. Regina, por favor, três minutos.

A SRA. REGINA CAIARADIA – Boa-tarde a todos. Eu não preciso de três, só de um porque é uma pergunta realmente. Depois de todo esse processo, esse trabalho que se traduziu neste Seminário, queria perguntar, e realmente gostaria de sair com a resposta: qual é o próximo passo que vamos dar? A idéia que tenho é que não amarramos nada. Foi um trabalho brilhante, exaustivo, onde aprendemos muito, mas e agora? Eu não quero sair daqui sem ter o compromisso com esta Comissão de saber, levar para casa agora, escrito, data e qual é o próximo passo ou quando eu terei?

(PALMAS)

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Estamos chegando ao fim de mais uma etapa, considero que a Audiência Pública para anunciar à sociedade que a Câmara Municipal iria fazer a revisão do Plano Diretor foi uma primeira etapa.

O Seminário concluído hoje é uma segunda etapa, mas inúmeras etapas ainda terão.

Quanto à pergunta da Presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Caiaradia, várias propostas foram apresentadas. Isto daí faremos exatamente a coleta de todas elas e vamos trabalhar numa próxima reunião da Comissão. Eu inclusive tenho uma proposta também que vou começar a apresentar: 1º) publicação da sistematização das Audiências Públicas e Seminários produzidos pela Comissão Especial e divulgação de uma cartilha simplificada sobre o que é o Plano Diretor; 2º) realização de Audiências Públicas Regionais com o apoio de todos os Vereadores para divulgar a Campanha Nacional de Planos Diretores e a sistematização dos temas discutidos nos Seminários, com exibição de vídeo produzido pelo Ministério das Cidades e distribuição das cartilhas com a sistematização deste Seminário; 3º) iniciar a discussão sobre os instrumentos jurídicos urbanísticos do Estatuto da Cidade para saber quais seriam adequados à

nossa cidade e quais instrumentos deverão ser incorporados ao Plano Diretor. Há a aplicação de muitos desses instrumentos, alguns deles obrigatórios, que exige a realização de estudos específicos. Esta é mais uma proposta que estamos colocando na Mesa e não é que elas serão vistas pela Comissão, elas terão que ser vistas e consideradas e isto daí vamos fazer. Agora, acho que o Seminário reuniu e isto eu, como membro da Comissão, me sinto extremamente gratificado. Nós conseguimos reunir capacidades criadoras da Cidade do Rio de Janeiro para iniciar o processo de pensar esta cidade. Isto daí a gente já pode computar como um ganho. A questão do poder, colocado muito bem pela companheira que fez na sua intervenção, referência, inclusive dizendo que instrumentos que existem aí, e exemplificou a questão do Plano Estratégico que deva servir de referência, mas não coragem e acho que é importante. Tudo que foi construído até hoje, até porque não teve esse tipo de processo que está tendo agora, exatamente de ouvir, mas é bom a gente falar também e tenho a certeza que mais importante, para nós legisladores, do que falar, é ouvir. Porque senão, você não tem condições de ter como referência para ações do seu mandato, exatamente aquilo que a sociedade espera, deseja e exige. Agora o negócio do poder, poder é o que a sabedoria diz: “Ninguém põe azeitona na empada dos outros”. Poder, a gente tem que conquistar, e espero que esta mobilização de forma organizada que aconteceu da sociedade civil, para se fazer presente, porque acho que vocês se fizeram presentes neste Seminário, e que isto daí continue porque é a garantia do partilhamento que deva acontecer na condução desse processo, onde a democracia, a representatividade, ela exista como ator neste processo, mas não só a representatividade, acho que tem a questão da representatividade, a presença da sociedade civil, que acho de fundamental importância. É uma coisa que eu gostaria de colocar: foi decisão tomada nesta Comissão que ações paralelas que têm até o sentido de desfazer este processo, como, por exemplo, de repente começar a preparar projetos de estruturação urbana para Sepetiba, as intervenções voltadas para o PAN, inclusive PEU das Vargens quer dizer, em paralelo, isto daí significa uma certa desconsideração em relação ao trabalho que estamos fazendo e um certo movimento no sentido de desfazer o que estamos fazendo. Isto daí, pelo menos enquanto eu for Vereador nesta Casa, poderá acontecer, mas vai ter que ralar bastante porque há uma voz ali naquela Tribuna contra isto, permanentemente vai existir. O respeito que o Executivo tem que ter com o Legislativo, é exatamente na relação civilizada que deve existir entre esses dois poderes. A relação civilizada passa pelo respeito mútuo. Somos um Poder Legislativo, temos autonomia, somos independente, respeitamos o Poder Executivo, aliás uma das nossas funções principais aqui nesta Casa é a fiscalização das ações executivas. Então, eu acho que nós estamos

caminhando bem, considero que a cidade é o espaço da luta entre os vários interesses. É claro que prevalecem aqueles interesses que demonstram maior fortaleza, maior preparo. Cabe exatamente, por conta disto, à sociedade se organizar cada vez mais. Nós precisamos construir uma consciência urbana nos moradores da Cidade do Rio de Janeiro para a gente fazer valer o direito que o cidadão deva ter nesta cidade. Esta cidade está mal conduzida há muito tempo, esta cidade é administrada sob um modelo nefasto. A violência urbana que está aí é consequência de tudo isto. Você pega o território da cidade, fragmenta, elege determinados fragmentos para dar um tratamento especial pelos serviços públicos a serem prestados, e os demais você esquece, desconsidera, não existem. Isto há muito tempo.

É por isso que existe, nesse rastro, a produção das desigualdades sociais, que leva à “cidade partida”. É lá na ponta isto chega aos moradores sob a forma de violência urbana. Isto tem que ser desfeito. Agora, isto só pode ser desfeito com a participação de todos nós, senão a coisa fica muito difícil. Só pelo institucional não vamos chegar lá, porque há, inclusive, uma cultura política da patrimonialismo que é muito ruim para todos nós, e o resultado é isso que a gente está vendo neste Brasil, da forma que ele existe atualmente.

Muito obrigado, sucesso para todos e parabéns para todos nós.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Estamos encerrando, então. Agradecemos a presença de todas as autoridades que aqui comparecem, abrilhantando este Seminário.

Dou por encerrado o 11º e último painel de Seminário da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

(Encerra-se o Seminário às quatorze horas e dez minutos)

ANEXO AO PRONUNCIAMENTO DO SR. RICARDO MORAIS

INSTITUTO BRASILEIRO DE  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Seminário da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor

O DESAFIO DA NOVA ORDEM  
JURÍDICO- URBANÍSTICA

DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA  
A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO RIO DE JANEIRO

**BLOCO 1**

FUNDAMENTOS BÁSICOS

MARCO CONSTITUCIONAL DE 1988

PRINCÍPIOS

CIDADANIA DIGNIDADE DA PESSOA ERRADICAÇÃO  
DA POBREZA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES  
SOCIAIS E REGIONAIS

JUSTIÇA E INCLUSÃO SOCIAL

EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES

MUDANÇAS DE PARADIGMA

AO SUJEITAR O DIREITO INDIVIDUAL AO DA COLETI-  
VIDADE QUANDO PRECEITUA QUE A PROPRIEDADE  
DEVE CUMPRIR A SUA FUNÇÃO SOCIAL

ART.29: MUNICÍPIOS

COOPERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS  
NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL  
INICIATIVA POPULAR DE PROJETOS DE LEI

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988  
POLÍTICA URBANA

COMPETÊNCIA MUNICIPAL

ARTIGO 182  
PLANO DIRETOR

INSTRUMENTO BÁSICO DA POLÍTICA DE  
DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA  
APROVADO EM LEI  
EXPRESSA AS EXIGÊNCIAS FUNDAMENTAIS  
DE ORDENAÇÃO DA CIDADE

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE  
E DAS PRÁTICAS DE GESTÃO

**CAPÍTULO DA POLÍTICA URBANA**

OBJETIVOS ART. 182

RECUPERAR A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

FACILITAR O ACESSO À TERRA URBANA

INSTRUMENTOS

PARCELAMENTO E EDIFICAÇÃO COMPULSÓRIOS

IPTU PROGRESSIVO

DESAPROPRIAÇÃO SANÇÃO

OBJETIVOS ART. 183

INTEGRAR A CIDADE REAL

INCLUSÃO SOCIAL

INSTRUMENTOS

USUCAPIÃO

CONCESSÃO DE USO ESPECIAL

PLANO DIRETOR NO ESTATUTO DA CIDADE

ASSEGURAR A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE

A QUALIDADE DE VIDA

A INCLUSÃO SOCIAL

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

JUSTA DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO  
PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

PLANO DIRETOR NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

PLANO PLURIANUAL

# DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ORÇAMENTO ANUAL

### INCORPORAR AS DIRETRIZES E AS PRIORIDADES DO PLANO DIRETOR EM PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

#### PLANO DIRETOR NO ESTATUTO DA CIDADE

#### PROCEDIMENTOS

ART. 40 – NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO, OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO GARANTIRÃO:

I. A PROMOÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEBATES COM A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO E DE ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE

II. A PUBLICIDADE QUANTO AOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES PRODUZIDOS

III. O ACESSO DE QUALQUER INTERESSADO AOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES PRODUZIDOS

#### GESTÃO DEMOCRÁTICA CAPÍTULO IV ESTATUTO DA CIDADE

#### INSTRUMENTOS

- ÓRGÃOS COLEGIADOS DE POLÍTICA URBANA NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
- DEBATES, AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS
- CONFERÊNCIAS ASSUNTOS DE INTERESSE URBANO NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
- INICIATIVA POPULAR DE PROJETO DE LEI E DE PLANO, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COM DEBATES, AUDIÊNCIAS, CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE PROPOSTAS DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRI-

# ZES ORÇAMENTÁRIAS E ORÇAMENTO ANUAL COM CONDIÇÃO OBRIGATÓRIA PARA SUA APROVAÇÃO

- PELA CÂMARA MUNICIPAL
- GESTORES DAS REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES URBANAS INCLUIRÃO PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO E DE ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE

## BLOCO 2

### OBJETIVOS E QUALIDADES

#### OBJETIVOS

CONSTITUIR AS BASES DE UM SISTEMA DE  
PLANEJAMENTO E GESTÃO  
INTEGRADO E PARTICIPATIVO

FAVORECER A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE  
MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

BASES PARA A TRANSFORMAÇÃO:  
PARA CONSTRUIR A CIDADE QUE QUEREMOS...

#### QUALIDADES DO PROCESSO

IDENTIFICAR DEMANDAS DOS DIVERSOS  
GRUPOS SOCIAIS

- PERMITIR A DISCUSSÃO SOBRE AS PRIORIDADES E LIMITES DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS
- PROPICIAR O PACTO SOCIAL VISANDO A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO
- SOCIALIZAR INFORMAÇÕES E TORNAR PÚBLICO DOCUMENTOS E INICIATIVAS PERTINENTES AO DESENVOLVIMENTO URBANO
- FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS

VISÃO ESTRATÉGICA,  
NÃO SÓ DOS ADMINISTRADORES MAS DE TODOS  
OS AGENTES DA SOCIEDADE

#### REQUISITOS DO

## PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

- ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES COM A SUA REPRESENTAÇÃO NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
- TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES DE GOVERNO
- CONTINUIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA
- COOPERAÇÃO E CO-RESPONSABILIDADE ENTRE OS AGENTES SOCIAIS NA EFETIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
- VISÃO MULTISSETORIAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS CIDADES

SUSTENTABILIDADE E MAIOR LEGITIMIDADE  
DA GESTÃO

### **BLOCO 3**

CONSTRUINDO CAMINHOS

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Leituras Técnicas  
e  
Comunitárias

Elementos que orientam as  
**Etapas do processo**

Encaminhamento

à

Câmara de Vereadores

Construção dos

Anteprojetos de Lei

**Diretrizes e Propostas**

**Participação da Sociedade**

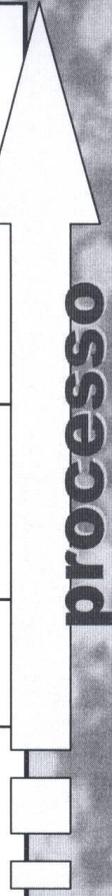
**Monitoramento da  
Implementação**

*O pacto social é tão essencial para a implementação das ações preconizadas no plano, como a sua própria viabilidade técnica e jurídica.*

# Principais marcos do

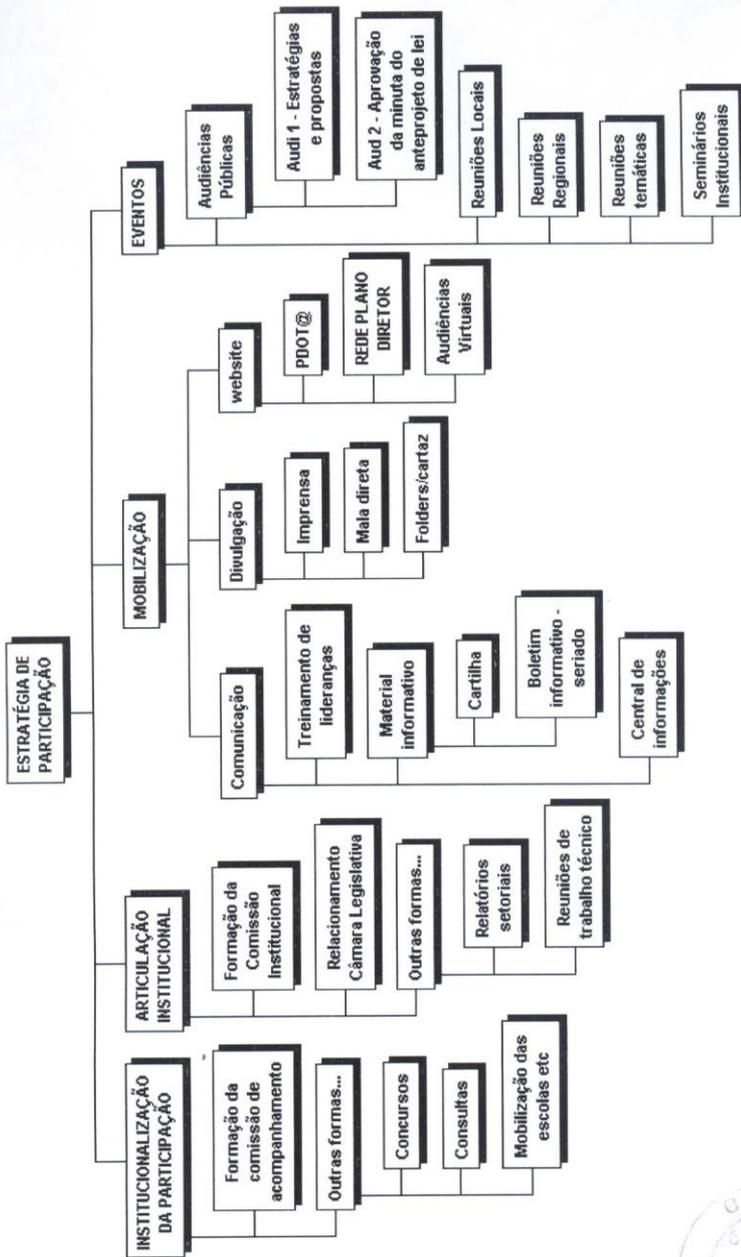


PASSOS DO TRABALHO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO	Leituras Técnicas e Comunitárias	Diretrizes e Propostas	Construção do Anteprojeto de Lei	Encaminhamento à Câmara Legislativa	Monitoramento da implementação
Oficinas de Integração	■	■	■	■	■
Audiências Públicas		●	●	●	
Reuniões Temáticas	—	—	—		
Reuniões Locais	—	—	—		
Reuniões Regionais		—	—		
Seminários Institucionais	●	●	●		
Fórum de Acompanhamento	■				

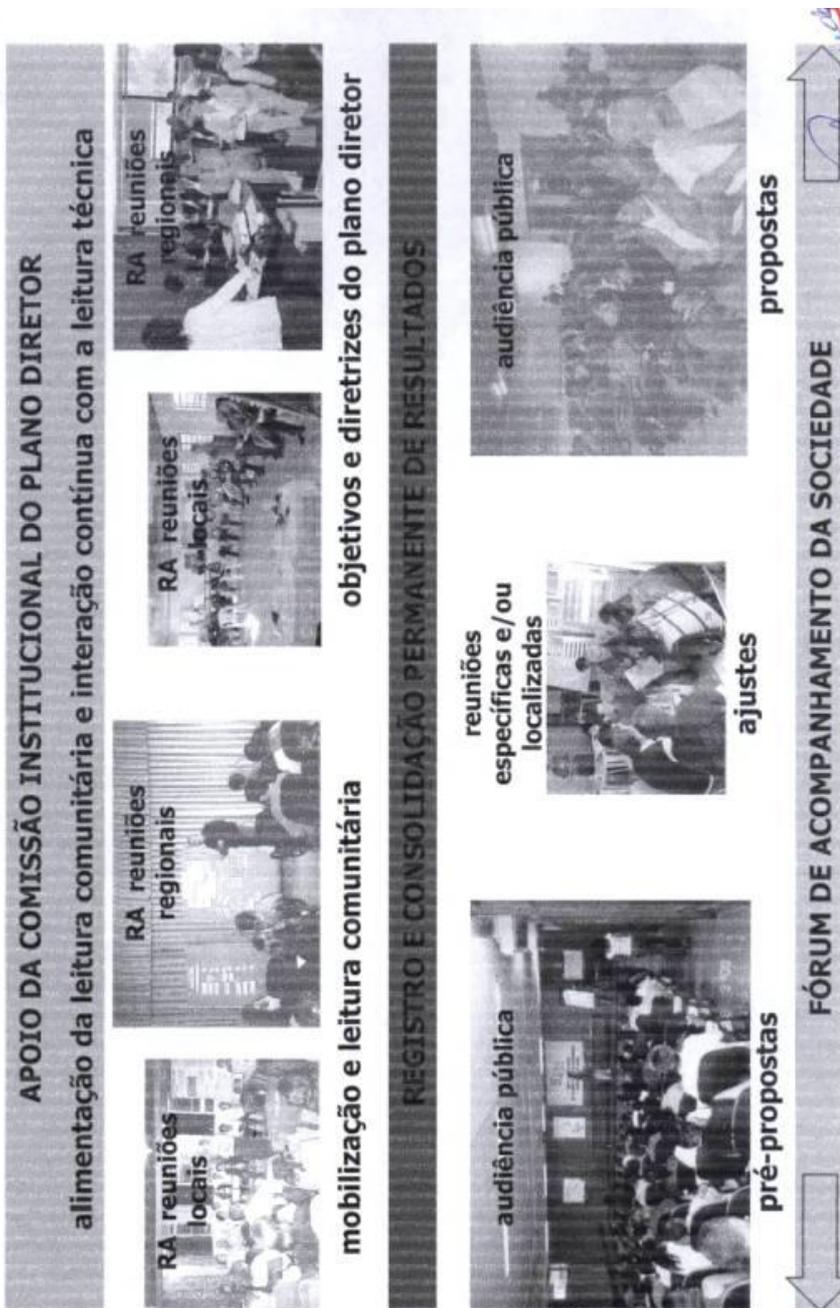


**processo**

# Principais componentes



## CONSTRUINDO CAMINHOS...



### ANEXO AO PRONUNCIAMENTO DO SR. LUIZ FERNANDO TARANTO

#### Contribuição para a metodologia do Plano Diretor

Foi colocado aqui, por diversas vezes, que a cidade é viva tem vida. Concordando com isso, devemos ter claro também, que se a cidade tem vida, o Plano Diretor é o corpo e um Plano Estratégico é a alma da cidade.

Creio que na época de elaboração do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro e, pelo fato de o Plano Diretor ser anterior a ele, muitas polêmicas vieram à tona, expressadas em contradições em função da relação entre eles, diga-se de passagem, muitas vezes falsas questões.

Na verdade vejo que são dois lados de uma mesma “moeda”.

onde de um lado está o Plano Diretor e de outro o Plano Estratégico – eles se complementam.

Claro que existem, entre eles, semelhanças e diferenças. Na qual podemos destacar:

### **Semelhanças entre Plano Estratégico e Plano Diretor**

Recusa à improvisação

Redefinição do papel da cidade e seu entorno

Planejamento de longo prazo: eles têm visão do futuro

Relevância do diagnóstico

Equilíbrio: econômico e social-ambiente natural e urbano construído

Projetos ou diretrizes condicionam o futuro

### Diferenças entre Plano Estratégico e Plano Diretor

#### **Plano Estratégico**

Prioriza projetos, mas não os localiza no espaço

Parceria dos setores público-privado fundamentada na participação e na busca do consenso – E consenso não quer dizer unanimidade.

Uso de análises qualitativas e definição de fatores críticos

Plano de compromisso e acordo entre os agentes sociais

#### **O Plano Estratégico é um Plano de Ação**

#### **Plano Diretor**

Ele é principalmente a ordenação e expansão do espaço urbano

Determina o uso do solo e localiza com precisão

Iniciativa dos Governos com participação comunitária

Uso de estudos do espaço urbano e do meio físico

Plano normativo para regular a ação pública e privada

#### **O Plano Diretor é para regular a Ação – ele é um Plano normativo**

Em função do exposto, acho que podemos dar um passo em termos de pioneirismo na elaboração de um trabalho onde a combinação das duas metodologias pode, na prática, fazer com que tenhamos uma cidade mais justa, solidária e democrática.

Não podemos jogar na lata do lixo, as experiências acumuladas e desenvolvidas em termos de projetos concretos que foram desenvolvidos aqui – como Plano Estratégico da Cidade e a Agenda 21, entre outros.

Creio que, se conseguirmos, digo esta casa, ser o vetor, ser a vanguarda desse processo estará cumprindo com o seu papel – tanto do ponto de vista Legislativo, como a de fazer a sociedade carioca ser protagonista de sua própria história.

A combinação do Plano Estratégico e do Plano Diretor, gerando o que poderíamos chamar de Plano Diretor Estratégico, creio seja o correto e o mais avançado – pode ser o novo.

É claro que não se trata de um Plano Estratégico do jeito que conhecemos, mas devemos buscar traçar um Plano Diretor que contém diretrizes estratégicas e transcende a questão da mera regulação da ocupação do espaço urbano, como o tradicional.

Ele deve traçar diretrizes mais integrais para a cidade, nas diversas áreas – social, desenvolvimento, cultura, etc.

Outra questão que não podemos esquecer, a fim de que tenhamos uma política a bel prazer dos governantes, apesar de serem iniciativas do executivo, é a relação que devem ter os futuros PPA, e os orçamentos. Eles não podem ser mais meras peças de ficção, ou começemos a mudar isto ou vamos ficar anos e anos discutindo a mesma coisa, e nisso tudo quem perde são os cidadãos que dão vida à cidade.

Outra coisa importante, para finalizar, é que temos que ver, que colocar em prática, essa estreita ligação: Estatutos da Cidade, Planos Diretores, PPA e o Orçamento Anual da cidade.

Para a elaboração do Plano Diretor Estratégico seria criada uma estrutura de organização, composta de um Conselho da Cidade, um Comitê Diretor, um Comitê Executivo e de Grupos de Trabalho.

O Conselho da Cidade será formado por pessoas de diversas áreas, regiões e setores, comprometidas com a, independente de orientação política, religiosa ou institucional. Esse grupo de voluntários será o órgão máximo de decisão e homologação das propostas e alternativas apresentadas ao longo do desenvolvimento do projeto.

Para apoiar o Conselho da Cidade, será constituído um Comitê Diretor com a participação das autoridades públicas municipais, incluindo Prefeito, Secretários e Dirigentes de órgãos públicos, que será responsável pela orientação política e controle dos trabalhos.

A execução das etapas previstas ficará a cargo de um Comitê Executivo, formado por profissionais locais vinculados às diversas secretarias municipais e órgãos públicos, apoiados por consultores especializados, e por diversos grupos especiais de trabalho, que terão participação direta na concepção e atuarão como agentes multiplicadores das ações definidas.

Outra coisa importante é que no final desse processo, antes de ser enviado ao legislativo para votação, a realização da Conferência da Cidade para homologar o que deve ser enviado ao legislativo.

## RELAÇÃO DOS PRESENTES

Nina Rabha; Rosirene de Souza Carneiro (Com. do Lavradio - Femulher - Forum de Participação); Welington Eduardo M. de Oliveira; Maria Luiza Testa Tambellini (Forum Plano Diretor/Faculdade de Serviço Social UERJ); Valéria Grace Costa (IBGE); Magno N. da Silva (CML-RJ - Conselho Moradores Loteamentos); Canagé Vilhena da Silva (Assessor Presidência do CREA-RJ); Licinio Machado Rogerio (AMA Bairro Peixoto); Jorge Luís Borges Ferreira (Presidente Nacional Associação dos Geógrafos Brasileiros); Virginia Murad (Urbanista-Gabinete Vereador Eliomar Coelho-Assessora); Sergio Antonio Coutinho (Condomínio Novo Milênio - CML-RJ); Regis Meireles de Oliveira (Condomínio Novo Milênio - CML-RJ); Olinó Bonna; Valéria Barbalho (Sind. Engenheiros e Fórum do Plano Diretor-Diretora); Francisco; Maria Jansen de Melo Sena (Loteamento Quinta do Taquaral); Deli Souza L. Almeida (Freguesia-Loteamento); Josinete Maria Pinto (Cedac); Luiz Carlos França (Gab. Vereador Eliomar Coelho-Assessor); Maria Alice Martins de Souza (Plano Est/RJ); Maria Lucia Salino Velloso (AMA Praça Seca); Deborah R. Levinson; Antônio Augusto Veríssimo (IPP); Edson Paulino Gama (AMA/APA - Associação); Silvia Carvalho Barbosa (IPP/SMU/PCRJ); Sydnei Menezes (SMU/PCRJ); Roberto Lira (Sinduscon-Rio); Isis Volpi (Agenda 21/PCRJ/SMAC); Rachel Faves (Gabinete Vereadora Aspásia Camargo); Ana Batista (Agenda 21-Gabinete Vereadora Aspásia Camargo); Carlos Correa Rangel (Cons. Regional da FAM-Rio-Campo Grande); Germano Thomé (Amavimag); José Antonio P. de Araújo; Primavera L. S. Mound (Gab. Vereador Edson Santos); Luiz F. Taranto (Gab. Vereador Stepan Nercessian); Helena Galiza (Caixa Econômica Federal); Claudia Muricy (SMU); Miriam Capllonch P. Gomai (Professora autônoma); Ana Paula Soares Carvalho (Iuperj); Cassio Cunha Soares (Iuperj); Gilberto Garcia (Rotary/SJM); Carmen Ruth Stanhenhans (UFRJ-Geociências); Leticia Magiano Hazan (Gab. Vereador Rubens Andrade); Olga Maria Esteves Campista (Prefeitura Rio - Plano Estratégico); Prísila Chiappin Bastos (UERJ-Geografia); Gilmar Mascarenhas (UERJ-Geografia); Rafael O. Alves; Nilson dos Santos Silva; Ana Lucia N. Pragana (Arquiteta-Caixa Econômica); Leila Veríssimo Mota (Auxiliar Administrativa-Caixa Econômica); Isabel Cristina da C. Cardoso (Faculdade Serviço Social-UERJ); Regina Helena S. Souza (Mov. Cultural Brasil Brasileiro/Femulher-RJ); Carlos Alves; Maria Conceição Mota Rêgo; Robson Patrocínio de Souza (PACS/RJ); José Nerson de Oliveira (Vice-Presidente-Faferj); Jocelino Porto (Nepp-Núcleo Ecológico Pedras Preciosas); Francisco P. Santos (Faf-Rio); Matilde G. de Alexandre; Cristina Reis (Associação Amigos Copacabana).